

MESTRADO EM CIÊNCIAS DA EDUCAÇÃO
EDUCAÇÃO, GÊNERO, CORPO E VIOÊNCIA

O Problema da Violência Doméstica: Respostas do Município de Castelo de Paiva

Ana Inês Silveira Pereira

M

2025



O Problema da Violência Doméstica: Respostas do Município de Castelo de Paiva

Ana Inês Silveira Pereira

**Relatório apresentado à Faculdade de Psicologia e Ciências da Educação da
Universidade do Porto, para obtenção do grau de Mestre em Ciências da
Educação, sob orientação da Doutora Cristina Rocha.**

Porto, 2025

Resumo

As Câmaras Municipais assumem um papel essencial na prevenção e acompanhamento do crime de Violência Doméstica, no âmbito das suas atribuições na esfera da ação social. Neste âmbito, é da sua responsabilidade a intervenção neste problema social que afeta todos aqueles que estão envolvidos, seja o grupo doméstico onde ocorre a violência, seja a comunidade em que se insere. Se a violência doméstica afeta adultos e crianças, as crianças são vítimas particularmente vulneráveis, uma vez que dispõem de menos recursos para enfrentar a ameaça de um ambiente de instabilidade e insegurança que lesa os seus direitos.

Este problema apresenta alguma expressividade no concelho de Castelo de Paiva. Com uma população de aproximadamente 16 mil pessoas corresponde a 31 ocorrências de violência doméstica registadas em 2023 (cerca de 0,19% da população) e 45 em 2024 (cerca de 0,28%), o que traduz um aumento na ordem dos 45% de um ano para o outro. Tendo em conta que este concelho apresenta, ainda, um perfil com traços de ruralidade, nomeadamente nas freguesias geograficamente mais afastadas da sede do concelho, observando-se, ainda, representações dicotómicas de género baseadas em estereótipos conservadores, a violência doméstica torna-se mais preocupante, pois permanece enraizada em padrões culturais que dificultam a mudança.

O estágio foi desenvolvido na divisão de Ação Social, particularmente no Gabinete Cataventos: gabinete de Violência Doméstica da Câmara Municipal de Castelo de Paiva. O principal objetivo do estágio consistiu em conhecer e acompanhar os projetos e medidas municipais e as políticas implementadas no âmbito da violência doméstica, apreendendo como contribuem para a diminuição deste grave problema social.

O conhecimento obtido através da observação participante resultante da integração na equipa e no acompanhamento da ação desenvolvida no terreno com as profissionais que trabalham diretamente com os casos de violência doméstica presentes no concelho e a escrita das notas de terreno, bem como a investigação realizada sobre informação recolhida e disponível relativa às ocorrências de violência doméstica, revelaram-se essenciais para encontrar a

estratégia de intervenção a propor no âmbito do estágio, a criação de um Gabinete de Apoio à Vítima e ao(a) Agressor(a).

Em suma, a proposta de intervenção propiciada pelo Estágio foca-se maioritariamente no(a) agressor(a), através da proposta da criação de um gabinete que disponha de um programa para agressores(as) de violência doméstica, com o intuito de prevenir a reincidência do crime, protegendo assim as vítimas. Este gabinete irá complementar a ação do município, na medida que para além de prestar apoio às vítimas, passará a oferecer suporte aos agressores, mostrando assim que a violência não é uma característica inerente à própria pessoa, mas um pensamento e um comportamento que pode ser modificado com a intervenção adequada.

Palavras-chave: Município; Violência Doméstica; Intervenção; Agressor/a;

Abstract

City Councils play an essential role in preventing and monitoring the crime of Domestic Violence, within the scope of their attributions in the sphere of social action. In this context, it is their responsibility to intervene in this social problem that affects all those involved, whether the domestic group where the violence occurs or the community in which it is inserted. While domestic violence affects adults and children, children are particularly vulnerable victims, since they have fewer resources to face the threat of an environment of instability and insecurity that violates their rights.

This problem is somewhat significant in the municipality of Castelo de Paiva. With a population of approximately 16 thousand inhabitants, there were 31 reported cases of domestic violence in 2023 (around 0.19% of the population) and 45 in 2024 (around 0.28%), which represents an increase of about 45% from one year to the next. Considering that this municipality still displays a predominantly rural profile especially in the parishes located farther from the municipal centre and that dichotomous gender representations based on conservative stereotypes are still observed, domestic violence becomes even more concerning, as it remains rooted in cultural patterns that hinder reporting and change.

The internship was carried out in the Social Action division, specifically in the Domestic Violence Office the Domestic Violence Office of the Castelo de Paiva Municipal Council. The main objective of the internship was to learn about and monitor municipal projects and measures and policies implemented in the field of domestic violence, understanding how they contribute to reducing this serious social problem. The knowledge obtained through participant observation resulting from integration into the team and monitoring the action developed in the field with professionals who work directly with cases of domestic violence in the municipality and the writing of field notes, as well as the research carried out on information collected and available regarding incidents of domestic violence, proved essential to find the intervention strategy to be proposed within the scope of the internship, the creation of a Support Office for Victims and Aggressors.

In short, the intervention proposal provided by the Internship focuses mainly on the aggressor, through the proposal of creating an office that has a program for domestic violence aggressors, with the aim of preventing the recurrence of the crime, thus protecting the victims. This office will complement the action of the municipality, insofar as in addition to providing support to the victims, it will offer support to the aggressors, thus showing that violence is not an inherent characteristic of the person, but a thought and behavior that can be modified with the appropriate intervention.

Keywords: Municipality; Domestic Violence; Intervention; Aggressor;

Résumé

Les mairies jouent un rôle essentiel dans la prévention et le suivi des violences conjugales, dans le cadre de leurs attributions en matière d'action sociale. Dans ce contexte, il leur incombe d'intervenir face à ce problème social qui touche toutes les personnes concernées, qu'il s'agisse du foyer où la violence se produit ou de la communauté dans laquelle elle s'inscrit. Si la violence conjugale touche les adultes et les enfants, ces derniers sont particulièrement vulnérables, car ils disposent de moins de ressources pour faire face à un environnement d'instabilité et d'insécurité qui porte atteinte à leurs droits.

Ce problème présente une certaine importance dans la commune de Castelo de Paiva. Avec une population d'environ 16 000 habitants, on a enregistré 31 cas de violence domestique en 2023 (soit environ 0,19 % de la population) et 45 en 2024 (soit environ 0,28 %), ce qui représente une augmentation d'environ 45 % d'une année sur l'autre. Étant donné qu'il s'agit d'une commune au profil encore marqué par la ruralité, notamment dans les freguesias géographiquement plus éloignées du centre, et où l'on observe encore des représentations dichotomiques du genre fondées sur des stéréotypes de caractère conservateur, la violence domestique devient d'autant plus préoccupante qu'elle reste ancrée dans des schémas culturels qui freinent la dénonciation et le changement.

Le stage a été réalisé au sein du service d'action sociale, plus précisément au sein du Bureau Cataventos le Bureau de la violence domestique de la Mairie de Castelo de Paiva. L'objectif principal était de connaître et de suivre les projets, mesures et politiques municipaux mis en œuvre dans le domaine de la violence domestique, afin de comprendre comment ils contribuent à réduire ce grave problème social. Les connaissances acquises grâce à l'observation participante, issue de l'intégration au sein de l'équipe et du suivi des actions menées sur le terrain avec des professionnels travaillant directement sur les cas de violence domestique dans la municipalité, ainsi que la rédaction de notes de terrain, et la recherche des informations collectées et disponibles concernant les incidents de violence domestique, se sont avérées essentielles pour définir la stratégie d'intervention à proposer dans le cadre du stage : la création d'un Bureau d'aide aux victimes et aux agresseurs.

En résumé, la proposition d'intervention du stage se concentre principalement sur l'agresseur, avec la création d'un bureau doté d'un programme pour les agresseurs de violences domestiques, afin de prévenir la récidive et de protéger les victimes. Ce bureau complétera l'action de la municipalité, car, outre le soutien aux victimes, il offrira un soutien aux agresseurs, démontrant ainsi que la violence n'est pas une caractéristique inhérente à la personne, mais une pensée et un comportement qui peuvent être modifiés par une intervention appropriée.

Mots-clés : Municipalité ; Violence conjugale ; Intervention ; Agresseur ;

Agradecimentos

O caminho até aqui não foi leve, e só ganhou sentido porque nunca o fiz sozinha.

Aos meus pais, Julieta e Fernando, que com tanto esforço construíram para mim o futuro que não lhes foi permitido e que com amor me empurraram sempre para a frente e acreditaram em mim desde o primeiro dia, lembrando-me que nenhuma adversidade é maior do que a vontade de continuar. Aquilo que fizeram e fazem por mim é de um valor que jamais poderei retribuir por completo.

Aos meus avós, também aos que já não estão fisicamente presentes, mas que sinto perto e que me deixaram o exemplo de resiliência.

Aos meus primos, pelo carinho simples e constante.

Aos meus amigos, que se tornaram família, pela presença constante, nos dias leves e nos difíceis e pelo exemplo de inspiração que cada um dá no seu próprio caminho.

A todos os colegas que se cruzaram comigo e tornaram a adaptação mais leve. Em especial à Marta, à Inês e à Mariana que foram muito mais que colegas de turma, revelaram-se amigas que vou levar comigo para sempre.

À Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação, que me acolheu e formou: em particular à Professora Cristina Rocha, pela orientação dedicada e pelo profissionalismo que inspira qualquer pessoa.

Aos demais docentes que marcaram o meu percurso e contribuíram para a minha construção enquanto futura profissional.

E por fim, a toda a equipa da Câmara Municipal de Castelo de Paiva pela forma calorosa como me recebeu, em especial à Dr.^a Andreia Gomes, Dr.^a Cristiana Ferreira, Dr.^a Fernanda Nunes, Sara Pereira e Sara Pinto.

A todos, deixo aqui a minha gratidão mais sincera.

Lista de Abreviaturas

ACeS- Agrupamento de Centros de Saúde

APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima

CE- Ciências da Educação

CIG- Comissão para a igualdade de género

CIM- Comunidade Intermunicipal

CPCJ- Comissão de Proteção de Crianças e Jovens

EA- Estrutura de Atendimento

FPCEUP- Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da
Universidade do Porto

GEAV- Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas e Agressores

GNR- Guarda Nacional Republicana

INE- Instituto Nacional de Estatística

IPSS- Instituições Particulares de Solidariedade Social

ISS- Instituto da Segurança Social

MP- Ministério Público

OMS- Organização Mundial da Saúde

ONU- Organização das Nações Unidas

PAVD- Programa para Agressores de Violência Doméstica

RNAVVD- Rede Nacional de Apoio à Vítima Douro, Tâmega e Sousa

SAAS- Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social

TAV- Técnico/a de Apoio à Vítima

UNICEF- Fundo das Nações Unidas para Infância

UNIDAS- Rede Intermunicipal de Apoio à Vítima do Douro, Tâmega e Sousa

VD- Violência Doméstica

Índice

Resumo	2
Abstract	4
Résumé	6
Agradecimentos	8
Lista de Abreviaturas	9
Introdução	13
Capítulo I- Caracterização do Local de Estágio	16
Organograma do Município	19
Divisão de Ação Social	20
Capítulo II- Percurso no contexto de estágio	23
Capítulo III- Percurso Metodológico	44
Observação Participante	45
Notas de Terreno	46
Análise Documental	46
Análise de Dados	47
Capítulo IV-Enquadramento Teórico	48
A violência doméstica	49
Outras formas de violência no espaço doméstico	51
Do crime de violência doméstica ao de violência contra as mulheres	52
Violência doméstica em meio rural	55
Violência no meio familiar	56
Impacto da violência doméstica no desenvolvimento da criança	58
Capítulo V- Perfil da vítima e do/a agressor/a de Violência Doméstica	60
Capítulo VI- Intervenção na Violência Doméstica	80
O gabinete Cataventos	81
Avaliação de Risco	83
Plano de Segurança	84
Trabalho em rede	84
Postura de um profissional	84
Capítulo VII- Proposta de Intervenção	86
Projetos futuros que podem diminuir os casos de VD no município. (Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD)	87
Reflexões finais	92
Referências Bibliográficas	96
ANEXOS	101

Índice de Figuras

Figura 1	17
Figura 2	18
Figura 3	27
Figura 4	27
Figura 5	28
Figura 6	30
Figura 7	31
Figura 8	32
Figura 9	33
Figura 10	34
Figura 11.....	35
Figura 12	36
Figura 13	37
Figura 14	38
Figura 15	39
Figura 16	40
Figura 17	83

Índice de Gráficos

Gráfico 1	62
Gráfico 2.....	63
Gráfico 3.....	64
Gráfico 4.....	65
Gráfico 5.....	66
Gráfico 6.....	67
Gráfico 7	68
Gráfico 8.....	69
Gráfico 9.....	70
Gráfico 10.....	72
Gráfico 11	72
Gráfico 12.....	73
Gráfico 13.....	74
Gráfico 14.....	75
Gráfico 15.....	76
Gráfico 16.....	76
Gráfico 17	77
Gráfico 18.....	78

Introdução

O presente relatório resulta do processo de estágio curricular no âmbito do Mestrado em Ciências da Educação, na área de Educação, Género, Corpo e Violência e tem como foco principal a intervenção municipal na prevenção e no combate à Violência Doméstica. O estágio decorreu na Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Castelo de Paiva, em estreita articulação com a Rede Social do Município e os parceiros locais, cujo trabalho em rede sustenta respostas integradas e sensíveis ao contexto. A escolha do tema, decorre do reconhecimento do papel das autarquias na promoção de direitos e na criação de políticas de proximidade, e da necessidade de consolidar praticas que combinem proteção, prevenção e reeducação.

Assim, no Capítulo I procede-se à caracterização do local de estágio, descrevendo o enquadramento territorial e sociodemográfico de Castelo de Paiva, a organização administrativa. Esta caracterização tem por finalidade situar o estágio no contexto real de políticas publicas de proximidade e evidenciar as condições estruturais que moldam a intervenção.

No capítulo II apresento o meu percurso no contexto de estágio, descrevendo de forma analítica o processo de socialização organizacional e a integração nas equipas técnicas, os papeis assumidos e os dispositivos de coordenação diária, como o caso das reuniões e atividades. Explicito ainda o portefólio das atividades nas quais participei, bem como os constrangimentos enfrentados e as estratégias de resolução adotadas.

No capítulo III detalho o percurso metodológico seguido, destacando a observação participante enquanto via de acesso às rotinas na instituição e nas suas dinâmicas, e as notas de terreno, que são registos sistemáticos e reflexivos essenciais tanto para a minha permanência na instituição como para a elaboração do relatório de estágio.

No capítulo IV estabelece-se o enquadramento teórico, clarificando o conceito principal: a violência e as suas múltiplas formas de expressão, com ênfase na dimensão intencional, nos efeitos sobre a integridade e nos mecanismos de poder. Integra-se ainda a perspetiva de educação para a igualdade de género como eixo preventivo estruturante, articulando referenciais normativos e pedagógicos com a resposta municipal.

No Capítulo V apresenta-se a análise do perfil da vítima e do/a agressor/a no concelho, a partir dos dados disponibilizados pelo gabinete Cataventos. Organizam-se e interpretam-se as informações segundo variáveis sociodemográficas e territoriais (idade, escolaridade, freguesia de residência), comparando tendências recentes para identificar padrões, fatores de risco e áreas de intervenção.

No Capítulo VI caracteriza-se o Gabinete de Apoio à Vítima enquanto estrutura municipal especializada, descrevendo os princípios de atuação e os fluxos de atendimento. Detalham-se os procedimentos de recolha e gestão de informação, incluindo instrumentos de registo e critérios de monitorização, e explicitam-se os mecanismos de articulação com as estruturas CIM Tâmega e Sousa e demais parceiros, realçando a importância da coordenação intermunicipal para a continuidade e eficácia das respostas.

No capítulo VII apresenta-se a proposta de intervenção: um programa para agressores/as de violência doméstica (PAVD) elaborado como dispositivo complementar ao apoio às vítimas. Explica-se de forma direta o objetivo geral: reduzir a incidência e os objetivos específicos: promover a responsabilização, trabalhar a autorregulação emocional, treinar a comunicação não violenta e questionar crenças e estereótipos de género que sustentam o controlo.

No capítulo VIII apresentam-se as reflexões finais sobre o que o estágio acrescentou à formação em Ciências da Educação. Sintetizam-se as competências desenvolvidas e reconhecem-se as limitações do percurso.

O relatório de estágio termina com as referências bibliográficas bem como a legislação utilizada, assegurando a identificação das fontes e as normas que o orientaram.

Capítulo I- Caracterização do Local de Estágio

Este Capítulo apresenta a caracterização do local de estágio, procurando enquadrar o contexto territorial, institucional e social onde se desenvolvem as práticas profissionais. Para isso, descreve-se o concelho de Castelo de Paiva e a sua organização administrativa, bem como a estrutura interna da Câmara Municipal. Este enquadramento revela-se essencial para compreender o papel do serviço social municipal e o modo como o estágio se insere numa estratégia local de promoção do bem-estar dos munícipes.

Castelo de Paiva é um concelho que pertence ao distrito de Aveiro, integrado na NUT II da Região Norte, e em termos de sub-região NUT III do Tâmega e Sousa. Este concelho era composto por 9 freguesias, no entanto, com a reorganização administrativa que aconteceu em 2013, passaram a 6, sendo elas: Fornos, União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, Real, Santa Maria de Sardoura, São Martinho de Sardoura, União de Freguesias de Sobrado e Bairros. Conta com cerca de 15.500 habitantes, distribuídos por 115,01 km² de território, sendo o concelho mais pequeno da sub-região. (dados CIM Tâmega e Sousa).

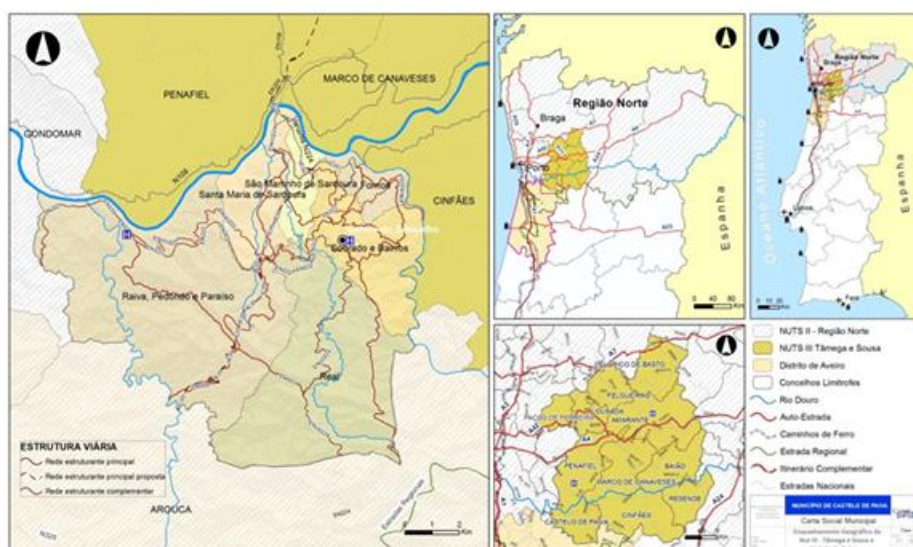


Figura 1

Como podemos observar na tabela abaixo, a diminuição da população de Castelo de Paiva nos últimos anos tem sido notória, tendo em consideração o último período censitário (2011 e 2021) a variação foi de -6,8%, o que corresponde a um decréscimo de 10, 1% (dados relativos à carta social).

Fonte: INE, Censos 2011 e 2021

Região	População residente (N.º) por Local de residência, 2011 e 2021		
	2011	2021	VARIAÇÃO
CIM TÂMEGA E SOUSA	432 915	408 675	-5,6%
Concelho de Castelo de Paiva	16 733	15 589	-6,8%
Fornos	1 439	1 277	-11,3%
Real	1 300	1 194	-8,2%
São Martinho de Sardoura	1 931	1 850	-4,2%
Santa Maria de Sardoura	2 538	2 275	-10,4%
União de Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso	4 694	4 209	-10,3%
União de Freguesias de Sobrado e Bairros	4 831	4 784	-1,0%

Tabela 1

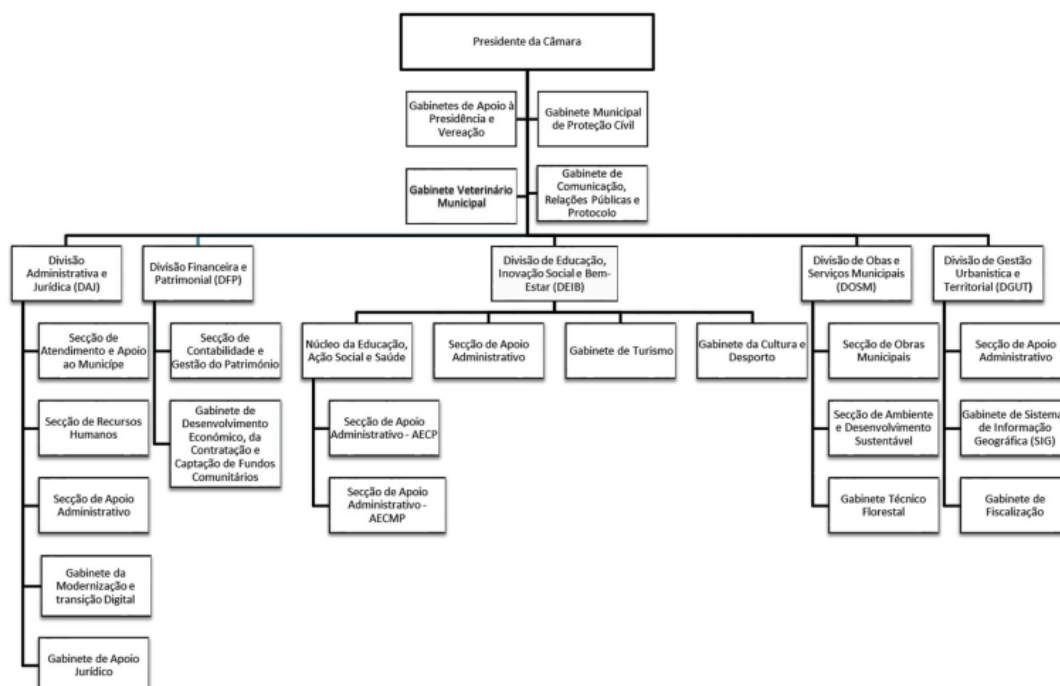
O Gabinete de Ação Social e Educação, funciona em regime de open-space, no edifício da própria Câmara Municipal e está inserido na Divisão de Educação Inovação Social e Bem Estar (DEIB) da Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

Esta divisão é coordenada por uma Chefe de Divisão, licenciada em Ciências da Educação, que é acompanhada por uma Assistente Técnica, e juntas formam a equipa responsável para área da Educação. As funções da Ação Social estão asseguradas por uma Assistente Social, uma Socióloga e uma Assistente Técnica.



Figura 2

Organograma do Município



Organograma 1

A Câmara Municipal de Castelo de Paiva é dirigida pelo Presidente, que coordena os serviços e tem junto de si os Gabinetes de Apoio Político, Comunicação, Proteção Civil e Veterinário. Estes gabinetes trabalham diretamente com o presidente pois tratam de assuntos urgentes ou de representação.

Existem cinco grandes divisões: a Divisão Administrativa e Jurídica faz o atendimento aos munícipes, trata de recursos humanos, de todo o expediente interno e garante o apoio jurídico. A Divisão Financeira e Patrimonial cuida do orçamento, pagamentos, contabilidade e património, e ainda da contratação publica e de candidaturas a fundos.

A Divisão de Educação, Inovação Social e Bem-estar junta os assuntos de educação, ação social, saúde, turismo, cultura e desporto, garantindo apoio administrativo. A divisão de Obras e Serviços Municipais trata das obras da autarquia, manutenção de espaços e questões de ambiente. Por fim, a Divisão de Gestão Urbanística e Territorial analisa e fiscaliza obras particulares, gere a

informação geográfica e assegura que o território é usado de acordo com o plano.

Divisão de Ação Social

No âmbito da Ação Social, onde me insiro enquanto estagiária na Câmara Municipal de Castelo de Paiva, esta divisão implementa e suporta projetos que são dirigidos a todo o tipo de munícipes, nomeadamente aos mais desfavorecida do concelho, procurando respostas sociais eficazes.

A Rede Social do Município é composta por 54 entidades concelhias que funcionam em ligação e que são fundamentais tanto para a construção de um futuro próspero para as gerações mais jovens, assim como para garantir um envelhecimento saudável e com dignidade à população idosa do concelho e proporcionar a todos os seus munícipes uma vida com qualidade e bem-estar.

Respostas sociais para a população em geral

Para a população em geral, a Câmara Municipal assegura o transporte solidário, que consiste no transporte de doentes a consultas fora do concelho, este trabalho é feito em parceria com os bombeiros voluntários.

Para além disso, em parceria com as farmácias locais, apoiam a população com menos condições para adquirir a sua medicação habitual com o cheque farmácia.

Quanto à *loja social* que o concelho disponibiliza a todas as famílias, através dela são fornecidos bens essenciais como alimentos, roupa e ainda atribui cabazes de Natal a famílias, com ou sem filhos, que se encontram com dificuldades económicas, potenciando assim a igualdade social.

Respostas sociais para Crianças e Jovens

Como incentivo à natalidade, no âmbito da ação social, disponibiliza bens a famílias em situação vulnerável em parceria com estabelecimentos comerciais e farmácias locais, para além disso os/as jovens do concelho com carências económicas são todos os anos apoiados com uma bolsa de estudos que ajuda com os custos que frequentar o ensino superior acarreta.

Respostas sociais para a população Idosa

O projeto “repara” executa obras de manutenção e/ou reparação em casas de idosos, assim como a aquisição de bens e serviços necessários a esta população em parceria com projeto SOL.

Outro dos projetos que a autarquia promove e que está afeto à ação social é o projeto MICAS que tem como objetivo a promoção e desenvolvimento de atividades em parceria com as instituições em prol de um envelhecimento ativo e melhoria da qualidade de vida dos/as idosos/as institucionalizados/as. Neste mesmo projeto, são realizadas 8 atividades ao longo de todo o ano, sendo elas: o Carnaval, os arcos da vila no S. João, noivos Stº António, o S. João, a peregrinação a Fátima, o Magusto, o Natal e o Dia dos Avós.

Apoio a vítimas de violência doméstica

O projeto Cataventos, projeto com mais relevância no Estágio, está inserido numa das 11 estruturas da CIM Tâmega e Sousa, sendo elas: Amarante, Baião, Castelo de Paiva, Celorico de Basto, Cinfães, Felgueiras, Lousada, Marco de Canaveses, Paços de Ferreira, Penafiel e Resende.

Este gabinete presta serviço de apoio a vítimas de violência doméstica, fornecendo todo o apoio psicológico, jurídico, psicológica e social a todas as vítimas, tentando dar uma resposta eficaz a este crime e problema social.

Neste âmbito, a Câmara Municipal define várias atividades anuais, nas quais tive a oportunidade de colaborar, desde as reuniões mensais com os técnicos e com os psicólogos(as) para discussão de cada caso específico, ações de sensibilização em zonas mais isoladas do concelho, a capacitação de professores e auxiliares de ação educativa assim como colaboradores das IPSS, e de públicos estratégicos, como é o caso de cabeleireiras e barbeiros, para além disso a Câmara promove aulas de defesa pessoal para toda a população, e workshops para a desconstrução de estereótipos dirigidos a toda a comunidade escolar.

Inserido neste projeto, a Casa de Emergência Social, inaugurada no dia 31 de maio de 2024, é uma casa pertencente à câmara, usada como uma estrutura de acolhimento para famílias em situação de emergência social, sendo as Vítimas de Violência Doméstica os/as principais destinatários/as onde são acolhidas pessoas e famílias em situação de vulnerabilidade. Esta casa encontra-se num local cuja morada nunca será revelada para que a vítima se sinta sempre resguardada e segura, longe do agressor e das represálias que o mesmo possa sentir. Esta casa abrigo é uma estratégia local de habitação, que visa assegurar o acesso à habitação adequado a famílias que vivem em condições habitacionais indignas.

Capítulo II- Percurso no contexto de estágio

O estágio curricular constituiu uma oportunidade privilegiada para observar e antecipar o exercício profissional em Ciências da Educação no contexto de uma autarquia, integrando-se na dinâmica organizacional da Divisão de Ação Social da Câmara Municipal de Castelo de Paiva.

As autarquias, estão muito próximas dos munícipes e trabalham com equipas multidisciplinares para responder às necessidades reais do dia a dia. Criam e desenvolvem políticas e projetos educativos, sociais e comunitários, em parcerias com escolas, IPSS, saúde e forças de segurança.

Em Castelo de Paiva esta ação em rede é visível na Rede Social do Município, que reúne 54 entidades. Este trabalho em conjunto permite apoiar quem enfrenta dificuldades, promover a qualidade de vida e o bem-estar no quotidiano e garantir um envelhecimento ativo e com dignidade.

Com base nesta dinâmica colaborativa, a minha experiência no terreno traduziu-se em várias atividades, que se tornaram importantes para a minha formação. De todas as atividades em que participei posso destacar como mais importantes para a minha formação profissional em Ciências da Educação, as seguintes:

Atendimentos Presenciais

- Pedidos de ajuda

No decorrer do meu estágio, foram vários os munícipes que se deslocaram até às instalações da Câmara Municipal. Presenciei todo o tipo de atendimentos: pedidos de ajuda de pessoas migrantes que chegam ao concelho sem suporte, pedidos de cheque de natalidade, cheques farmácia, bolsas de estudo, pedidos para a loja social, transporte solidário e até apoios eventuais que a própria Câmara concedia em situações mais graves de pobreza ou exclusão social.

A observação destes atendimentos permitiam-me ter um contacto mais direto com os munícipes, criando em mim uma empatia perante as problemáticas que aparecia, nomeadamente a falta de recursos financeiros para assegurar as despesas mensais, situações de conflitos e instabilidade no contexto familiar,

migrantes que não possuem recursos para assegurar a sua alimentação, assim como dos/as seus filhos/as.

Para além disso, esta experiência, fez-me ainda perceber que um técnico que trabalha nestas funções, desenvolve uma capacidade de escuta-ativa e sem julgamentos que pode fazer a diferença no âmbito da resposta social personalizada a cada caso.

Registo e Tratamento de Informação de Projetos

- Tabelamento Excel

A elaboração de tabelas é uma parte importante do trabalho administrativo que é feito para a organização do próprio Município e dos seus projetos, pois permite que todos os envolvidos tenham acesso à informação detalhada e atualizada, permitindo-lhes perceber os recursos financeiros disponíveis e estado dos projetos em curso.

Neste sentido, e por delegação das técnicas que me acompanhavam no Gabinete de Educação e Ação Social, realizei as seguintes tabelas: distribuição de beneficiários da loja social; dados alunos migrantes; organização de escalões de abono; orçamento 2025 para a Ação Social; gráficos relativos ao Gabinete Cataventos, dados de utentes que beneficiam de transporte solidário; processos de maior acompanhado (SAAS); candidaturas do IRHU, beneficiários do cabaz de natal; faturação de fornecedores de alimentos para o Agrupamento;

Núcleo de Garantia para a Infância

- Participação na reunião

Assistir a uma reunião do Núcleo para a Infância, que se caracteriza como uma estrutura de intervenção local que visa garantir os direitos das crianças e jovens em situação de vulnerabilidade, e que conta com várias entidades, nomeadamente a equipa que compõe o pelouro da educação, os serviços de saúde, os serviços de ação social e a GNR.

Esta reunião permitiu-me perceber as entidades competentes que trabalham numa equipa multidisciplinar, desde a saúde até a forças de segurança que trabalham em conjunto de modo a garantir a proteção de crianças que se encontram em situação de vulnerabilidade social. Acompanhando caso a caso, foi possível encontrar estratégias para a sua proteção, fazendo uma articulação entre os serviços para que fosse dada uma resposta social mais eficaz.

O primeiro ponto que foi frisado foi a importância de elencar os problemas/ o seu diagnóstico nomeadamente o levantamento do número de crianças oriundas de países estrangeiro, mas essencialmente crianças dos 0 aos 6 que não frequentem instituições do concelho, para que as mesmas possam ser apoiadas uma vez que esses números são desconhecidos pela autarquia por não constarem em nenhum nível de ensino. Muitas vezes estes migrantes não recebem apoios por falta de resposta do AIMA (agência para a integração, migrações e asilo) e acabam por passar dificuldades ao nível económico.

A saúde mental das crianças foi outro tema que foi discutido na medida em que precisa de ser mais explorado, de modo que se consiga dar uma resposta mais eficaz. O principal tópico abordado foi a ansiedade e os sinais precoces de depressão, principalmente em crianças ou jovens que vivem numa situação de vulnerabilidade social.

A falta de informação acerca do estado psicológico das crianças, assim como de respostas adequadas para uma intervenção precoce através de psicólogos, articulados com as áreas da saúde, da ação social e a educação, constitui uma barreira para a intervenção local.

Estafeta de Contos



Figura 3

- Participação em atividade artística com idosos

O projeto *Estafeta de Contos* é da responsabilidade da Biblioteca Municipal e consiste na realização de atividades sobre leitura em escolas e IPSS do concelho. A atividade em que participei fazia referência a um conto infantil que foi apresentado num Centro Social do concelho com o objetivo de criar uma peça decorativa de artes manuais juntamente com os utentes. Esta atividade deu ênfase à importância da expressão artística e da participação ativa dos utentes do lar e centro de dia, assim como do convívio entre todos/as.

Projeto Loja Social



Figura 4

- Tornar o espaço amigável

A loja social é um projeto pertencente à Rede Social da Câmara Municipal que consiste na disponibilização de bens alimentares e vestuário para a população desfavorecida. Uma vez que a mesma se encontra aberta ao público duas vezes por semana, é necessária uma manutenção semanal e reposição do stock. Para além disso, a Câmara Municipal conseguiu a expansão da loja, o que dará à loja social um aspeto muito mais cuidado e harmonioso, no entanto, esse processo é demorado e ocupou algum do meu tempo no contexto.

Casa de Emergência Social



Figura 5

- Supervisão do espaço

A primeira visita que realizei, teve como objetivo o reconhecimento do espaço e das boas condições de habitabilidade que esta casa-abrigo dispõe, uma vez que me iria focar numa temática em que o seu público-alvo poderia precisar deste apoio.

A segunda, decorreu após o acolhimento de uma família que vivia num clima de violência, e pretendeu perceber e contabilizar o estado da casa após esta residência temporária.

Visitas Domiciliárias

- O contacto com a pobreza

As visitas domiciliárias, no âmbito do Serviço de Atendimento e Acompanhamento Social foram muito frequentes durante o meu percurso, uma vez que a técnica responsável por este projeto acompanha de perto a situação em que as pessoas em situação de vulnerabilidade e exclusão, que são condições marcadas pelo isolamento social, a ausência de apoio familiar, a falta de condições habitacionais e financeiras e até problemas de saúde, oferecendo todo o apoio necessário para uma resposta social adequada.

Estas visitas domiciliárias são essenciais para recolher informações sobre as condições em que estas pessoas se encontram, e que não poderia ser recolhida de outra forma, sem o contacto direto com estas famílias fomentando assim a confiança entre as técnicas e a família/pessoa que está a ser acompanhada, de modo a conseguir responder de forma personalizada a cada caso que se encontra em acompanhamento.

Estar em contacto com esta realidade, em que as pessoas vivem numa situação frágil e vulnerável, quer seja pela falta de recursos financeiros, pelas más condições habitacionais, ou até por problemas de saúde, aumentou a minha capacidade de empatia e fez-me perceber o papel tão importante que a autarquia, em colaboração com as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) têm no âmbito do apoio social aos munícipes.

Uma visita em particular serviu para acompanhar uma pessoa seguida há vários anos pelas técnicas. A pessoa em questão vivia sozinha, num local isolado e sem apoio familiar, em condições habitacionais muito precárias e insalubres.

As condições eram muito degradantes e de facto, foi um choque para mim deparar-me com esta realidade. O primeiro impacto foi pessoal, na medida que presenciei uma realidade de pobreza extrema com a qual nunca tinha tido contacto. O segundo impacto foi o facto de ter a consciência de que ainda existem realidades degradantes de pobreza e exclusão social, que são muitas vezes invisíveis para a sociedade. Assim, consegui refletir de um modo mais

aprofundado sobre a relevância do trabalho das técnicas para um apoio social de proximidade para com os munícipes.

Visitas a Bairro Social



Figura 6

- Ações de esclarecimento

Realizei 2 visitas, juntamente com as 2 técnicas de Ação Social, a um dos bairros sociais que está em fase de requalificação. Esta requalificação, ao abrigo do Programa 1º direito e financiado pelo Plano de Recuperação e Resiliência teve como principal foco a renovação das infraestruturas e modo a oferecer mais conforto e bem-estar aos seus habitantes.

O motivo das visitas foi sempre a tentativa de comunicar de forma esclarecedora com os habitantes, de modo que percebessem os benefícios da requalificação, tentando estabelecer uma relação próxima e ouvindo as preocupações dos moradores, tentando desconstruir ideias associados a esta requalificação, uma vez que muitos/as dos/as moradores/as pareciam criar uma resistência em relação ao alojamento temporário que a Câmara Municipal disponibilizou, principalmente pelo facto de não se sentirem confiantes em relação ao que poderia acontecer com as suas casas, já que alguns/as dos moradores/as deste bairro já tinham realizado algumas obras por iniciativa própria e com os seus recursos financeiros e que teriam de ser demolidos.

Durante estas visitas, e uma vez que a requalificação acontecia progressivamente, tentávamos abordar as pessoas/famílias que ainda se encontravam nas suas habitações tentando sempre tranquilizá-las e oferecendo todo o apoio no que diz respeito à sua habitação temporária.

Ações de Sensibilização Violência Doméstica



Figura 7

- Ações de informação

As ações de sensibilização sobre a temática da violência doméstica decorreram em algumas das aldeias mais isoladas do concelho, foram organizadas pelas técnicas de ação social no âmbito do Gabinete de Violência Doméstica do Município de Castelo de Paiva. Estas ações de sensibilização contaram com a colaboração da Guarda Nacional Republicana do posto territorial do concelho. Era esta força policial quem realizava uma apresentação inicial, explicando à população a importância da apresentação da queixa e quais os modos de denúncia que existem. Para além disso, deram bastante enfoque à desconstrução de estereótipos de género assim como aos direitos que a vítima detém numa situação deste tipo: apoio psicológico, social e jurídico.

As sessões de esclarecimento em questão, contavam também com momentos de partilha, distribuição de material informativo e esclarecimento de eventuais dúvidas que ainda pudessem existir de modo que todos/as ficassem com mais consciência sobre a gravidade deste crime e as formas de o colmatar e a que entidades recorrer caso se encontrem ou tenham conhecimento de numa situação de violência doméstica.

Ações de Sensibilização sobre Fraudes



Figura 8

- Prevenção e sensibilização dos idosos

As Ações de Sensibilização, promovidas pela Câmara Municipal em parceria com a GNR, eram destinadas à população idosa nomeadamente lares, centros de dia e locais de convívio geralmente frequentados por idosos do Município de Castelo de Paiva.

Estas ações tinham como principal objetivo a consciencialização sobre os tipos de fraudes mais frequentes na atualidade, com destaque nas chamadas telefónicas fraudulentas, que podem parecer inofensivas, mas que podem causar problemas.

A apresentação de casos reais pela equipa da GNR foi muito importante para transmitir a informação fidedigna, dando informações corretas sobre os procedimentos a seguir caso se encontrem numa situação de fraude ou roubo.

Participar nesta iniciativa permitiu-me uma maior perceção do impacto que a sensibilização da população pode ter na vida das pessoas, neste caso específico da população idosa, que frequentemente tem um menor acesso à informação.

Cabazes de Natal



Figura 9

- **Elaboração e distribuição de Cabazes**

A Câmara Municipal já conta com esta iniciativa há vários anos e defende a sua continuidade, pois acredita que a população mais desfavorecida necessita de uma atenção ainda mais especial na época natalícia, tendo em consideração a falta de condições económicas para a compra de bens alimentares para a quadra natalícia. Assim sendo, colaborei na elaboração de cabazes, assim como a sua distribuição pelo concelho durante vários dias.

A participação nesta iniciativa fez-me refletir, dado que me deu a conhecer uma realidade de fragilidade económica com grande expressividade no concelho, que me fez perceber que esta medida não deve ser considerada uma resolução para a pobreza e exclusão social, mas de outra forma, devemos encontrar formas de colmatar este problema social a longo prazo, assegurando assim uma vida digna e com qualidade a estas famílias.

Atividades de Natal



Figura 10

- Apoio em atividades

Na área de educação, as atividades de Natal têm grande relevância uma vez que são uma memória para as crianças. Neste sentido, reservamos uma semana do meu estágio para que pudesse colaborar com as técnicas de educação. Participei, de forma voluntária desde a organização dos presentes de Natal até à organização do evento em si, colaborando para o seu sucesso.

Esta atividade, desenvolvida pela Câmara Municipal e destinada aos alunos do ensino pré-escolar e do 1ºciclo do Agrupamento de Escolas realizou-se numa tenda que se encontrava no exterior das instalações do edifício da Câmara e contou com um espetáculo de Natal designado “trapos com história-especial Natal”, seguido da distribuição dos presentes oferecidos pela Câmara.

Depois de refletir sobre a minha experiência ao colaborar com a realização desta atividade que ocupou dois dias consecutivos do meu percurso, posso afirmar que estas atividades são fundamentais para a criação de memórias felizes para os alunos/as, e muito importantes para promover o desenvolvimento social das mesmas, desenvolvendo a sua estimulação cognitiva e atenuando as

desigualdades, oferecendo a todas as crianças a oportunidade de um momento diferente e educativo.

Seminário UNIDAS



Figura 11

- Participação em Seminário

Sendo Castelo de Paiva um Município que integra a rede intermunicipal do Tâmega e Sousa, foi convidado a participar no IV Seminário da Unidas- Rede Intermunicipal de Apoio à Vítima do Douro, Tâmega e Sousa. O seminário decorreu no dia 19 de novembro de 2024 e teve como objetivo o debate sobre as questões da violência doméstica na CIM Tâmega e Sousa. Neste evento, que contou com vários profissionais que lidam diariamente com o tema, nomeadamente as técnicas responsáveis por cada estrutura de atendimento da comunidade intermunicipal, foram apresentados os desafios e propostas de intervenção para as vítimas de violência doméstica na região.

Esta partilha de experiências e novas propostas de intervenção entre os vários municípios fez com que refletisse acerca da importância do trabalho em rede, partilhando entre si a preocupação em combater ou atenuar uma realidade que persiste e que necessita de uma intervenção adequada.

De facto, é uma mais valia participar num evento com tanta importância como este, no entanto, senti que faltavam informações a serem apresentadas, nomeadamente estatísticas e dados concretos para que demonstrassem melhor este crime na comunidade do Tâmega e Sousa.

Dia da Não Violência

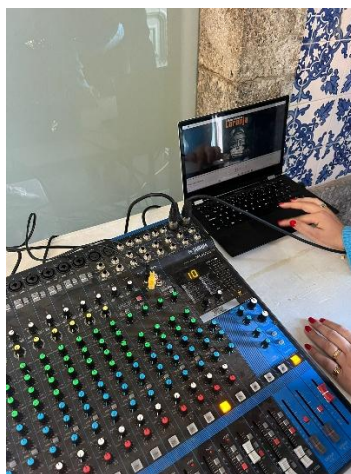


Figura 12

- Sensibilização dos munícipes

Na agenda das atividades de ação social relativas ao Gabinete de Violência Doméstica, constava uma atividade acerca do Dia da Não Violência, que se assinala no dia 2 de outubro. Tendo em conta que esta atividade ainda não estava completamente definida, foi-me dada a possibilidade de participar de forma autónoma na mesma.

Numa partilha com a técnica, a mesma sugeriu que participasse na gravação de um áudio com hipotéticas frases de situações de violência doméstica, que seriam criadas de forma autónoma e criativa, que posteriormente seriam transmitidas nas colunas da própria Câmara Municipal, com o intuito de chamar a atenção dos munícipes, consciencializando para a apresentação da queixa.

Esta atitude por parte da técnica que sugeriu que autonomamente me colocasse no lugar da vítima, suscitou-me uma reflexão pessoal sobre a

sensibilidade e empatia necessária para lidar com as vítimas de violência doméstica.

Para além das frases impactantes que escolhi para dar relevo a esta temática, recorri a informações retiradas do relatório anual da APAV (2023) para que a informação fosse mais esclarecedora no que diz respeito à denúncia.

Esta atividade foi desafiante e revelou-se fundamental para a temática do meu relatório na medida que, tive de ser capaz de me colocar no lugar da vítima e enfatizando o sofrimento das pessoas que se encontram nesta situação.

Aula de Defesa Pessoal



Figura 13

- Participação e Reflexão

No âmbito do tema da Violência Doméstica, a Câmara Municipal promoveu a realização de aulas de defesa pessoal, dirigidas a todas as pessoas do concelho. Assim sendo, enquanto estagiária decidi participar na aula de apresentação, e sem ter tido noção, talvez tivesse sido uma das dinâmicas mais importantes para a minha reflexão.

Tive a oportunidade de aprender técnicas de autodefesa simples e que me podem vir a ser úteis em situações de insegurança. Na minha perspetiva, esta aula foi muito além daquilo que se pretendia, na medida que acabou por ser também uma sessão de partilha de experiências e empoderamento. Nesta aula

participaram várias pessoas, desde as técnicas de ação social, até profissionais de saúde e munícipes que souberam da iniciativa.

Este foi o primeiro contacto direto que tive com uma vítima de violência doméstica, que contou detalhadamente a sua história de vida e superação, e que de certo modo me despertou ainda mais interesse pelo tema e pela intenção de intervir na diminuição dos casos existentes em Castelo de Paiva.

Esta atividade foi a primeira oportunidade que tive de ouvir alguém que já foi vítima de violência doméstica. Apesar de não saber que esta atividade teria tanta importância para o meu percurso, consegui entender o poder que uma conversa informal pode ter para a recolha de informação.

Teatro “Terra da igualdade”



Figura 14

- Sensibilização nas escolas

Promovida pela UNIDAS- Rede Intermunicipal de Apoio à Vítima em parceria com o Agrupamento de Escolas, numa estratégia de promoção da igualdade de

género, esta peça de teatro deslocou-se até à escola do 1º ciclo de Castelo de Paiva no dia 13 de dezembro.

O seu principal objetivo era a sensibilização dos alunos de 3º e 4º ano para a importância da desconstrução de estereótipos, e a prevenção de comportamentos violentos.

Através da representação com música e fantoches, esta atividade demonstrava que o papel do homem e da mulher deve ser baseado na igualdade de direitos de oportunidades, dignidade e de liberdade de escolhas.

Dia dos Afetos



Figura 15

- Organização da atividade

A atividade do Dia Dos Afetos está inserida no Projeto da Câmara Municipal cujo publico- alvo são as pessoas idosas designado *Projeto MICAS*, que pretende garantir um envelhecimento saudável e o bem-estar da população idosa de Castelo de Paiva.

Este ano, e de acordo com a auscultação que existiu por parte da área de Ação Social, que fez questão de recolher as opiniões dos participantes junto das técnicas que integram cada uma das instituições, com o intuito de perceber as preferências gerais do público-alvo.

Esta atividade contou com a apresentação de um grupo de fados que atuou no auditório municipal durante toda a tarde e que nos presenteou com um momento musical muito interessante, e para além disso, com um momento de partilha muito enriquecedor.

A minha participação consistiu na organização do próprio evento, em conjunto com a equipa que integrei, nomeadamente a parte da decoração e da elaboração de brindes oferecidos pela Câmara Municipal aos idosos. No entanto, este tipo de atividade conseguiu proporcionar-me um contacto direto com os idosos, em conversas informais que iam acontecendo e consequentemente momentos de diálogos intergeracionais que me enriqueceram não só pessoalmente, como profissionalmente no aumento da minha capacidade de adaptação perante o público-alvo com o qual estou a intervir.

Carnaval Infantil e Sénior



Figura 16

- Apoio na coordenação do evento

O Carnaval infantil e sénior foram a última grande atividade em que participei e que necessitou de uma preparação antecipada de toda a equipa de Ação Social e Educação.

Esta atividade abrangia a vertente do Agrupamento de escolas e dos lares de idosos do concelho, sendo que por uma questão de logística, um dos grupos participava de manhã no desfile, e o outro de tarde. No entanto nos dois públicos-alvo o que se propunha era a realização de um desfile pelas ruas da vila de Castelo de Paiva.

A participação dos envolvidos era completamente voluntária, uma vez que, no caso dos idosos, os mesmos consentiam a sua participação, e no caso das crianças, eram os encarregados de educação quem consentia ou não com a sua participação, sem qualquer tipo de punição associada à não participação nesta atividade.

Esta atividade revelou-se fundamental para os dois tipos de público. Tanto para as crianças como para os idosos, o desfile de Carnaval é um momento de convívio, é visto como uma oportunidade de sair da rotina e de exposição dos seus disfarces, fruto de um trabalho autónomo e criativo que é elaborado com tanta dedicação, tanto pelo Agrupamento de Escolas, como pelas Instituições.

Enquanto estagiária o meu papel passou pela organização logística dos participantes, encaminhando-os para os respetivos lugares e a distribuição dos lanches oferecidos pela Câmara. Esta iniciativa promoveu o convívio entre todos os participantes e envolveu toda a comunidade, que saiu às ruas para assistir a este desfile, que já se realiza há vários anos e é um marco para as instituições locais e comunidade escolar.

Reunião Cataventos

- Participação e análise

As reuniões do Gabinete Cataventos foram as mais fundamentais para o aprofundamento do meu relatório, na medida em que, foi através das mesmas que consegui retirar informações pertinentes e perceber os aspetos que necessitavam de uma maior intervenção.

Nessas reuniões era apresentado caso a caso, o estado de alguns dos processos de violência doméstica, que eram discutidos de acordo com as suas particularidades, resguardando sempre a vítima de possíveis ataques do agressor/a. Durante todas as sessões, a confidencialidade das vítimas foi sempre um ponto fulcral entre todos/as os /as envolvidos/as.

Esta reuniões contavam sempre com uma equipa multidisciplinar, como seja a parceria da GNR, do Ministério Público, da CPCJ e das técnicas envolvidas neste gabinete, e juntos tentavam perceber o estado do caso: se se encontrava ativo, arquivado, ou se tinham existido reincidências. Este trabalho em rede, evidencia a necessidade de uma resposta eficaz e coordenada na proteção das vítimas de violência doméstica.

Algumas situações de violência doméstica com as quais tive contacto representava perigo tanto para a vítima como para as crianças envolvidas, nesse momento, a equipa tentava encontrar estratégias para as salvaguardar e proteger. As estratégias que passavam pelo encaminhamento do caso para a Comissão Nacional de Promoção dos Direitos e Proteção das Crianças, ou pelo encaminhamento da vítima para o apoio psicológico ou jurídico que o próprio Gabinete disponibiliza.

De facto, participar nestas reuniões foi muito importante e fez-me sentir parte da equipa, e fez com que percebesse a complexidade deste crime. Um dos padrões mais recorrentes em Castelo de Paiva é a perpetuação do ciclo da violência, quando as vítimas apresentam queixa e se arrependem da decisão, voltando atrás com a denúncia, o que me leva a pensar sobre a necessidade de estratégias de um maior empoderamento por parte da vítima, para que a mesma possa sair do ciclo da violência.

O contacto com a realidade local, através de casos reais, permitiu-me perceber a importância que entidades como a Câmara Municipal devem ter não só na intervenção, mas também sensibilização e prevenção da violência doméstica.

Capítulo III- Percurso Metodológico

A opção metodológica que se revelou mais importante foi a metodologia qualitativa, na medida que permitiu o conhecimento de significados e processos, dando ênfase à interpretação dos fenómenos observados. Esta abordagem pôs à prova a minha reflexividade no terreno e a constante articulação entre a teoria e a prática, adequando sempre as minhas respostas à especificidade de cada situação.

Observação Participante

Considerados os constrangimentos que possam existir na entrada num local com o qual nunca tivemos contacto, como ocorre com o Estágio, a observação participante é um percurso metodológico importante para a “apreensão dos comportamentos e dos acontecimentos no próprio momento em que se produzem [,] (...) a recolha de um material de análise não suscitado pelo investigador e, portanto, relativamente espontâneo (...) [e a] autenticidade relativa dos acontecimentos em comparação com as palavras e com os escritos” (Quivy & Campenhoudt, 1998: 199).

A observação participante foi fundamental para a inserção e recolha de dados, pois foi através da minha presença ativa no terreno e das interações com as profissionais que trabalham diretamente com os casos de Violência Doméstica presentes no concelho e dos dados fornecidos que cheguei à conclusão de que a criação de um Gabinete de Apoio à Vítima e ao(a) Agressor/a seria necessário para intervir e combater eficazmente este crime. Segundo Amado (2014), é fundamental compreender os comportamentos e o que eles representam para quem os pratica. Assim, destaco a importância da observação participante no âmbito de um estágio numa Câmara Municipal, este método permitiu-me enquanto estagiária compreender as dinâmicas no seu funcionamento diário, ao conviver de perto com os procedimentos administrativos, as relações interpessoais entre profissionais, munícipes e instituições parceiras, tive a oportunidade de perceber quais os desafios enfrentados pelos técnicos, e pude utilizar a minha reflexão crítica para expressar a minha opinião em relação a todas as temáticas.

Notas de Terreno

As Notas de Terreno revelaram-se essenciais para encontrar a temática principal deste relatório como “(...) relato escrito daquilo que o investigador ouve , vê, experiência e pensa no decurso da recolha (...) [estas] notas (...) podem originar em cada estudo um diário pessoal que ajuda o investigador a acompanhar o desenvolvimento do projeto (...) e a tornar-se consciente de como ele ou ela foram influenciados pelos dados” (Bodgan & Biken 1994, p.151)

Foi através delas, e daquilo que ia relatando e refletindo, que pude perceber qual a área que carecia de uma maior intervenção. Estas Notas de Terreno foram realizadas diariamente, de modo a conseguir descrever pormenorizadamente o dia-a-dia na Câmara Municipal para que assim pudesse repensar o meu papel naquela instituição e os contributos que eventualmente poderia dar. Aquilo que pude perceber ao longo das 59 notas de terreno que escrevi, foi que existiram várias situações que puseram à prova o meu lado mais reflexivo, assim como descreve Amado, 2011. Esta reflexão, permitiu-me analisar criticamente as práticas, identificar e questionar acerca das lacunas de modo a encontrar estratégias de intervenção com base na evidência recolhida no terreno, articulando a teoria com a prática e ajustando o meu papel na instituição.

Análise Documental

Numa primeira fase com mais intensidade e ao longo de todo o estágio, foi também essencial o recurso à Análise Documental, como seja dos vários documentos que me foram disponibilizados gentilmente pela própria instituição para que retirasse toda a informação pretendida, tanto na minha permanência no contexto, como consequentemente para a escrita do relatório de estágio. De destacar a Carta Social e do Plano Intermunicipal para a Igualdade e a Não Discriminação do Tâmega e Sousa, que me possibilitaram perceber enquanto estagiária no local os problemas sociais com maior destaque, perceber os projetos que já estão a ser implementados para dar resposta aos vários problemas sociais que a população enfrenta. Este conhecimento permitiu ver mais além, para que pudesse dar um contributo positivo ao próprio município.

Análise de Dados

Segundo Quivy e Campenhoudt (1998), a análise de dados trata de forma metódica informações que apresentam um certo grau de profundidade e complexidade. Esta análise revelou-se fundamental para dar conteúdo factual ao relatório, na medida que foi através da consulta dos dados que me foram fornecidos, e da sua análise, que pude criar o perfil tanto do agressor(a) como da vítima, o que se revelou fundamental para que fosse possível pensar uma intervenção mais eficaz, focada neste crime em particular. Na análise dos dados do Gabinete Cataventos e na produção dos resultados, respeitei a confidencialidade e o anonimato dos/as envolvidos/as, tanto da vítima, quanto do(a) agressor(a), e dos seus filhos.

Capítulo IV-Enquadramento Teórico

A violência doméstica

De forma a dar um enquadramento ao tema escolhido para este relatório, é essencial apresentar uma definição geral do que se entende por violência.

Segundo a Organização Mundial da Saúde (OMS,2009), a violência é definida como:

o uso intencional de força física ou poder, real ou ameaça, contra si próprio, contra outra pessoa, ou contra um grupo ou uma comunidade, que resulte ou que tenha grande possibilidade de resultar em lesão, morte, dano psicológico, deficiência de desenvolvimento ou privação. (Relatório Mundial de Violência e Saúde, Organização Mundial de Saúde, 2002 p.5)

Esta definição revela-se muito importante na interpretação deste conceito, uma vez que nos oferece uma visão mais aprofundada da violência, afirmando que a mesma vai para além de agressões físicas, dando ênfase ao impacto da intencionalidade dos atos violentos.

Em consonância com a definição de violência da OMS, Manita et al. 2009, define a violência como sendo “qualquer forma de uso intencional da força, coação ou intimidação contra terceiro ou toda a forma de ação intencional que, de algum modo, lese a integridade, os direitos e necessidades dessa pessoa”. Os autores enfatizam a intencionalidade que o agressor/a tem de causar dano na vítima, não só pela agressão física como pelos outros tipos de agressão.

Alinhado a esta perspetiva, a Ordem dos Psicólogos Portugueses (2020) defende que existem diversas formas de exercer violência, sendo elas: A *violência física*, que se refere a atos isolados ou repetitivos, que são utilizados com a intencionalidade de causar sofrimento emocional e psicológico à vítima. A *violência psicológica* refere-se à intenção de afetar a vítima emocionalmente. A *violência sexual*, por sua vez, é o ato da imposição da prática de relações sexuais, sem o seu consentimento. Entende-se por *violência social* a ação de proibir, limitar ou controlar as relações que a vítima possui no seu dia a dia. Já a *violência financeira* é o controlo por parte do agressor/a do dinheiro, assim como das contas da vítima, de modo a retirar autonomia da própria. E por último, a

violência por intimidação que consiste em ameaças, diretas ou indiretas que tendem a provocar na vítima insegurança e medo constante.

Existem diversas formas de violência pelas quais a violência doméstica pode ser exercida, no entanto as características da violência doméstica referem-se ao contexto e espaço onde a mesma ocorre, geralmente num contexto familiar e de intimidade. Assim como afirma Magalhães 2005, “O que acontece, e diferentemente do que se passa com outros tipos de violência, é que esta violência se realiza nos espaços e relações de intimidade (...)” (p.2)

A violência doméstica, “é um comportamento violento continuado ou um padrão de controlo coercivo exercido, direta ou indiretamente, sobre qualquer pessoa que habite no mesmo agregado familiar (e.g., cônjuge, companheiro/a, filho/a, pai, mãe, avô, avó), ou que, mesmo não co-habitando, seja companheiro, ex-companheiro ou familiar (...)” (Manita, Celina, Ribeiro, Catarina & Peixoto Carlos, 2009, p.11).

Esta definição demonstra a complexidade do tema, sendo um reflexo da sociedade atual onde permanecem grandes desigualdades de género, que por vezes se manifestam através do exercício do poder que os/as agressores/as julgam ter de forma abusiva face à vítima.

Outras formas de violência no espaço doméstico

A violência doméstica não se esgota na violência conjugal, uma vez que aquilo que a caracteriza é o poder e o controle que é exercido no espaço privado, com efeitos físicos, psicológicos, sociais e económicos (Krug et al., 2002). Assim sendo, as agressões perpetradas contra as crianças, as pessoas idosas ou as pessoas com deficiência no seio do agregado familiar constituem também casos de violência doméstica.

No caso das pessoas idosas, os maus-tratos podem assumir várias formas: a agressão física e psicológica, a negligência, a exploração financeira e até o abuso sexual. Muitas vezes, estes casos acontecem no contexto do cuidador informal, onde a dependência do cuidador pode ser usada para exercer controle sobre a pessoa idosa.

Nas crianças, a violência doméstica inclui maus-tratos físicos, negligência e abuso sexual, mas também a exposição à violência entre os pais, que pode resultar em danos no seu desenvolvimento emocional e cognitivo (UNICEF, 2006)

Quanto às pessoas com deficiência, a literatura mostra um risco acrescido de vitimação, uma vez que para além dos abusos físicos, sexuais, psicológicos ou económicos são adotadas outras formas de exercício do poder como é o caso da privação à sua medicação ou assistência pessoal, aumentando a sua vulnerabilidade e o controle do agressor/a no lar.

Em suma, é importante ampliar o conceito de violência doméstica para além da conjugal para que sejam reconhecidos padrões de poder e controle que atravessam as relações de cuidado no lar, tornando visíveis formas de abuso que são frequentemente invisibilizadas.

Do crime de violência doméstica ao de violência contra as mulheres

O conceito de “violência contra as mulheres” surge na segunda vaga dos movimentos feministas “Emergiu, nos anos 1970, em oposição a outros mais técnicos e falsamente neutros como a “violência no casal ou “violência familiar”, evidenciando o carácter patriarcal da sociedade industrial e capitalista” (Magalhães, 2005, p.2)

Em Portugal, com a entrada em vigor da Lei nº59/2007 de 4 de setembro (Código Penal Português) A violência doméstica passou a ser considerado um crime público, o que significa que para que o crime seja denunciado, não é necessária a denúncia ou o seu conhecimento da denúncia por parte da vítima. O artigo 152º do Código penal trouxe mudanças significativas no que diz respeito ao crime da violência doméstica, que foram benéficas para o estatuto de vítima nomeadamente a afirmação dos seus direitos e o aumento da gravidade do crime no que diz respeito ao contexto penal português.

Estas mudanças foram de facto essenciais para afirmar os direitos das mulheres em Portugal. No entanto, existe ainda um caminho a percorrer no que diz respeito à adoção de medidas de proteção que garantam o apoio a mulheres que sofrem de violência.

Tendo em conta a gravidade e a internacionalidade deste crime, torna-se necessária a adoção de medidas capazes de diminuir os casos de violência doméstica internacionalmente.

- Em 1979, a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Contra as Mulheres foi um dos principais tratados relacionados com os direitos das mulheres, uma vez que com a adoção dos princípios desta Convenção, os países comprometem-se a seguir políticas não discriminatórias.
- Declaração da ONU sobre a Eliminação da Violência Contra as Mulheres (1993): Define que todos os atos de violência que sejam praticados de acordo com género, incluindo a violência no meio familiar, o abuso ou a violência que ocorre na comunidade, são considerados formas de violência contra as mulheres.

- Plataforma de Ação de Pequim (1995): Reforça a adoção de políticas capazes de garantir a igualdade salarial e em lugares de poder e destaque, assim como o acesso mais facilitado à educação e à saúde da mulher. Para além disso, este plano apresenta 12 áreas nas quais se sente que a discriminação pode afetar os direitos humanos da mulher, destacando: a saúde, a participação política, a educação e o empoderamento feminino.
- No dia 11 de maio de 2011, surge a Convenção de Istambul, também conhecida como a Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Doméstica, é um tratado internacional para prevenir a violência doméstica assim como a violência contra as mulheres, de modo que as mesmas recebam a proteção necessária e adequada à situação de violência que enfrentam. Esta convenção teve como objetivo proteger as mulheres contra todos os tipos de violência, criando políticas de proteção e acompanhamento, em cooperação com as organizações responsáveis para que assim se possa promover a igualdade entre mulheres e homens (Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência Contra as Mulheres e a Violência Doméstica).

Assim, esta convenção surge como um marco na proteção dos direitos das mulheres, uma vez que “(...) reconhece a vida perigosa que as mulheres e as meninas têm de enfrentar no seu dia-a-dia – na família, na rua, na escola e no trabalho – bem como as práticas discriminatórias de que são alvo pelo único facto da pertença a um género, o feminino. É por isso, um documento virado para as mulheres e feito a pensar nelas, para garantir o seu direito a viver sem violência e sem medo” (Sottomayor, 2015, p.106).

Esta necessidade sobre a proteção das mulheres e dos seus direitos, é reforçada assim que percebemos que as desigualdades de género continuam a ser perpetuadas na sociedade, limitando a autonomia das mulheres e superiorizando o género masculino.

A violência baseada no género, quando dirigida às mulheres, é muitas vezes legitimada, tanto dentro do contexto familiar, como no contexto comunitário.

Esta concepção é influenciada por estereótipos que estão ainda muito intrínsecos na população, a presença de valores tradicionais de gênero conservadores, leva a que as pessoas tendam a aceitar como corretos comportamentos violentos ou abusivos por parte da figura masculina.

Segundo Giddens (2004), a violência contra as mulheres reflete as estruturas de poder que se encontram enraizadas na sociedade, na medida que a figura masculina é vista como superior e mais poderosa, e essa concepção é enfatizada no quotidiano da sociedade, sem que ninguém perceba.

Bourdieu (1999) fala em violência simbólica o que remete para a invisibilidade com que os papéis do homem e da mulher são transmitidos no quotidiano. A autora Judith Butler (1990), por sua vez, afirma que estes papéis não são naturais e intrínsecos à própria pessoa, mas que são comportamentos e valores que vão sendo apreendidos ao longo do tempo e reproduzidos tal como a sociedade os atribuiu.

Esta aceitação depreciativa leva a que as mulheres se sintam com vergonha da situação em que se encontram, de ver o seu projeto de vida destruído, o que faz com que as mesmas se remetam ao silêncio e admissão da violência contra elas exercida. Para além disso, a dependência emocional, social ou económica do próprio agressor é outro dos fatores para que a vítima se sinta fragilizada, uma vez que muitas vezes a vítima não se sente capaz de reconstruir a sua vida fora da relação violenta e abusiva.

Violência doméstica em meio rural

É importante ter em conta os casos de violência doméstica principalmente em meios rurais, como é o caso do Município de Castelo de Paiva, uma vez que são locais mais isolados, com menos informações acerca das várias formas que existem para denunciar os casos de violência doméstica.

Tendo em conta uma maior desinformação acerca do tema, normalmente este tipo de população que vive mais isolada tende a ter comportamentos de maior negação perante o problema, uma vez que compactuam com certo tipo de atitudes vindas do parceiro/a tomando-as como corretas Paulo Freire (1996), enfatiza que a falta de a desinformação contribui para a reprodução de atitudes violentas e da opressão, uma vez que não têm conhecimento da possibilidade de transformação. Para além disso existe ainda outro fator que são os estereótipos que estão intrínsecos na sociedade, principalmente por pessoas mais velhas e que vão sendo passados de geração em geração em meios onde a informação não está tão presente.

De acordo com Bueno e Lopes, 2018,

“Constata-se, assim, que as mulheres rurais estão em piores situações de vulnerabilidade social, verificadas no isolamento em relação a serviços estatais e a produção e reprodução de cotidianos de vida violentos.” (p.7)

O difícil acesso a serviços de apoio especializado é também outro dos fatores pelos quais a vítima tem dificuldade em denunciar o caso. Em locais mais isolados, muitas pessoas não possuem transporte próprio e não são servidas pela rede de transportes públicos, o que dificulta a sua deslocação a Gabinetes de Apoio à Vítima para dar seguimento ao seu acompanhamento.

Outro ponto negativo é a dificuldade que as comunidades isoladas sentem na criação de relações interpessoais que poderiam vir a ser úteis para o seu suporte enquanto vítimas de violência doméstica. A pressão social causada pela pequena dimensão da aldeia, pode desencorajar a vítima na hora da denúncia, criando nela vergonha do julgamento pela sociedade onde a vítima se insere.

Violência no meio familiar

Tabela 2

Local do Crime	2021	2022	2023
Comunicação social	20	8	20
Estabelecimento de ensino	16	25	31
Estabelecimento/unidade de saúde	9	9	8
Evento público	3	2	8
Instalações judiciais/judiciárias	1	1	3
Instituição de acolhimento	1	6	5
Internet e/ou telefone	326	334	340
Outra insituição	2	2	---
Local de trabalho	153	181	201
Loja/centro comercial	22	37	31
Lugar/via pública	660	756	772
Residência comum	5.822	6.276	6.664
Residência da vítima	1.279	1.373	1.493
Residência do/a autor/a	668	749	809
Outra residência	115	140	132
Transportes públicos	1	7	3
Viatura automóvel	76	85	98
Outro local	58	57	54
Total	9.232	10.048	10.672

Fonte: APAV

O crime de violência doméstica deixa marcas profundas nos indivíduos que vivenciam estes comportamentos violentos dentro do próprio lar. Como podemos observar pelos dados concretos da APAV, a maior parte das ocorrências acontecem na residência comum, ou seja, no local que o agressor/a e a vítima partilham a sua habitação. Os pais funcionam como principais modelos de atitudes e comportamentos para as crianças, assim, de acordo com o que defende Sani 2011, o seu desenvolvimento exige adultos emocionalmente regulados e coerentes nas suas respostas.

A construção social daquilo que se entende como família, leva a que esta realidade permaneça muitas vezes oculta pela intimidade do lar, quer por vergonha ou mesmo pelo sentimento de culpa perante esta situação. Sani 2011, sublinha também que os conflitos fazem parte da vida familiar e não são negativos por si, aquilo que determina o impacto na criança é a forma como surgem, a sua frequência, intensidade, e como são resolvidos, se de uma forma pacífica e com respeito ou pelo contrário, através de atos violentos.

Historicamente podemos afirmar que este fenómeno está enraizado numa estrutura de matriz patriarcal uma vez que a sociedade atribui ao homem a autoridade máxima tanto pela mulher como pelos filhos e o próprio lar. A autora Duarte (1998) reforça esta ideia afirmando que o enquadramento social e religioso reforçou uma estrutura hierárquica que atribua ao homem uma posição de superioridade e supremacia dentro da própria família. Neste sentido, a mulher foi remetida para a subordinação e o silêncio, encarando as atitudes violentas como uma manifestação legítima da autoridade do próprio homem e não como um ato abusivo.

De acordo com Machado & Gonçalves 2003, “o fenómeno da violência doméstica tem assumido, quer no plano internacional, quer a nível nacional, uma importância pública porque atenta contra os direitos e a qualidade de vida de muitas pessoas e comunidades e, sendo assim, não deve ser encarado de forma particular ou privada”. Neste sentido, torna-se essencial considerar o impacto da violência doméstica no desenvolvimento da criança, uma vez que mesmo quando não é alvo direto, a exposição a episódios de agressão no lar compromete a sua segurança emocional. Patias et al., 2014 afirma que a violência conjugal, numa perspetiva sistémica, afeta toda a família, mesmo quando alguns membros não são agredidos diretamente.

Impacto da violência doméstica no desenvolvimento da criança

As crianças, como fruto da ligação que o agressor ainda tem com a vítima são o grupo mais afetado no que diz respeito à violência doméstica. A literatura mostra que mesmo as mais pequenas não são imunes, uma vez que a tenra idade aumenta a vulnerabilidade, e as memórias de eventos traumáticos podem persistir, com efeitos no desenvolvimento (Sani, 2011).

O medo e insegurança que paira sobre o seu próprio lar, que deveria ser um lugar seguro e acolhedor, passa a ser uma constante na vida das crianças, fazendo com que as mesmas estejam atentas a cada sinal de conflito entre os seus progenitores. Na maior parte dos casos, existem agressões verbais, psicológicas ou até físicas diante da criança que se sente impotente perante aquela situação. Viver onde existe violência interparental é assustador e corrói a percepção de segurança, podem surgir até problemas com impacto na empatia, na leitura das situações sociais, nas relações, na resolução de problemas, no desempenho escolar e na integração social. (UNICEF, 2006)

A convivência com este ambiente agressivo, causa traumas que são irreversíveis e que os/as acompanharão para sempre. Coutinho & Sani (2008) defendem que as crianças expostas a situações de violência doméstica, podem adotar duas vertentes: comportamentos de internalização e externalização. No que diz respeito aos comportamentos de internalização, destacam-se a baixa autoestima, a ansiedade, a depressão, o isolamento, a ansiedade de separação e a inibição. Por outro lado, a externalização refere-se a expressões mais visíveis como é o caso da desobediência, hostilidade, oposição, comportamentos agressivos e delinquentes, ou até o consumo de álcool e drogas.

Ao nível emocional podem exteriorizar tristeza, choro, raiva, preocupação, vergonha, culpa, medo, dificuldade em reconhecer emoções e até uma menor capacidade de empatia. Sani (2002) defende que devemos considerar a idade que a criança passa pela situação de violência, uma vez que, as crianças mais novas têm menos contacto com situações stressantes podendo conduzir à severidade dos problemas.

Para além de impactos emocionais e comportamentais, a violência interparental tem também impactos sociais e cognitivos. No que diz respeito aos impactos sociais, a criança exposta a violência tem tendência a terem dificuldade a criarem relações interpessoais, dado que o que perdura é o sentimento de desconfiança e negatividade perante as situações, têm também uma dificuldade acrescida ao lidar com os seus conflitos. Quanto à área cognitiva, os autores defendem que estas crianças tendem a normalizar o uso da violência e o desempenho escolar da criança pode ser afetado, assim como a sua capacidade de concentração e comunicação.

Para além das crianças assistirem a situações de violência entre os seus progenitores, as crianças sofrem também efeitos indiretos no que diz respeito à figura materna, quando é o progenitor quem pratica a violência.

“As mulheres que, sendo vítimas continuadas de violência doméstica, desenvolvem, no contexto da e por efeito dessa vitimação continuada, perturbações de comportamento e perturbações emocionais que resultam em situações de maus-tratos aos filhos; e a negligência ou os maus-tratos parentais sem violência conjugal associada (para além da violência contra idosos, deficientes ou acamados)”. (Manita, 2004)

Capítulo V- Perfil da vítima e do/a agressor/a de Violência Doméstica

Neste capítulo será feita uma análise acerca do perfil da vítima e do/a agressor/a de violência doméstica com base nos dados recolhidos através do Gabinete Cataventos, estrutura municipal responsável pelo encaminhamento, acompanhamento e encaminhamento de situações de violência doméstica no município de Castelo de Paiva.

O objetivo da definição de um perfil tanto da Vítima como do/a Agressor/a é compreender as características predominantes de quem sofre e de quem pratica este crime, tendo em conta variáveis como a idade, sexo, escolaridade, freguesia de residência, ocupação profissional e situação económica. Para além da importância da compreensão deste fenómeno, estes perfis serão um auxílio para a criação de estratégias de intervenção mais eficazes e a deteção precoce de situações que podem ser consideradas de risco, contribuindo de uma forma muito significativa para a prevenção e reeducação da reincidência destes casos. Assim como salienta a Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género, “a recolha de dados locais é essencial para conhecer a realidade concreta da violência doméstica e garantir respostas eficazes e integradas”. (p.19)

De acordo com os dados que foram disponibilizados através do Gabinete Cataventos, em 2024 foram registados 45 casos de violência doméstica, dos quais 35 vítimas são do sexo feminino e 10 do sexo masculino. Em comparação com o ano anterior, em que se registaram 29 mulheres e 2 homens, verifica-se um aumento significativo do número total de vítimas, mas sobretudo um crescimento notório entre as vítimas do sexo masculino.

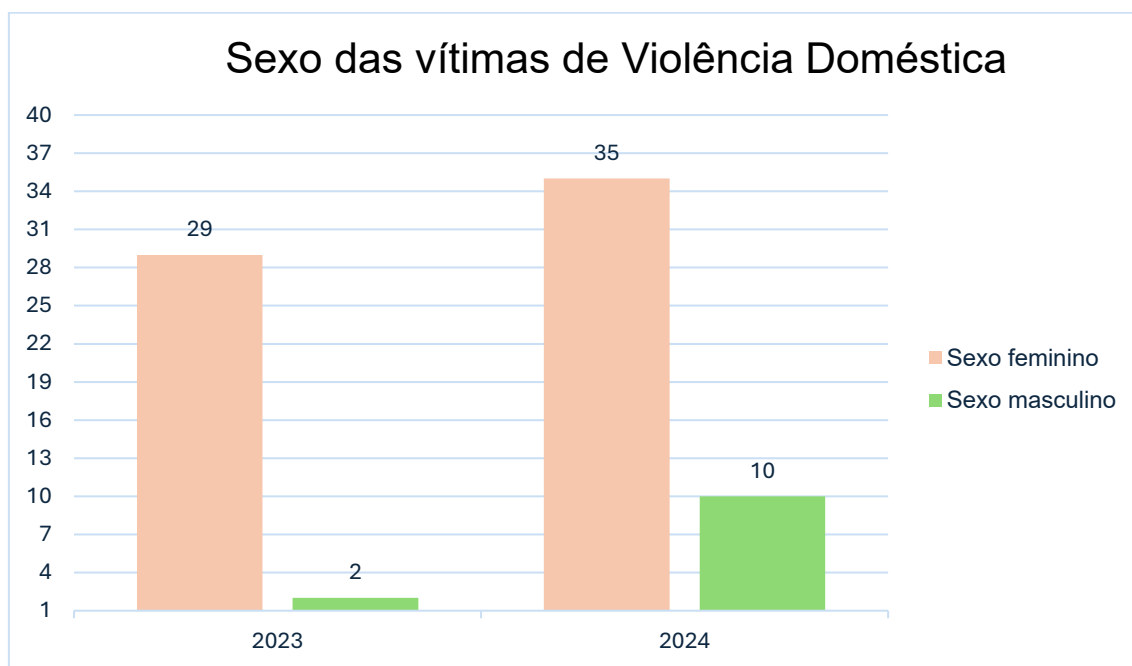


Gráfico 1

Em termos nacionais, e no que se refere às vítimas mulheres a Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (APAV,2023) revela que 29% têm entre 50 e 59 anos, 23% entre 40 e 49 anos, e 16% entre os 30 e os 39 anos, sendo estas as idades mais representativas. Estas faixas correspondem a períodos de vida ativa e familiar onde a dependência económica e emocional tende a ser mais acentuada. A APAV identifica a faixa etária entre 26 e 55 anos como a mais prevalente em termos nacionais, confirmando a correlação entre a violência doméstica e as fases de vida adulta em que há maior interdependência conjugal.

No que se refere a Castelo de Paiva, o gráfico relativo à idade das vítimas (homens e mulheres) concentra-se, tal como a nível nacional na vida adulta ativa: 30 a 39 anos, 40 a 49 anos, seguindo-se os 50 a 59 anos. Este padrão pode refletir fases de maior interdependência económica e familiar que dificultam a rutura e prolongam a exposição ao risco.

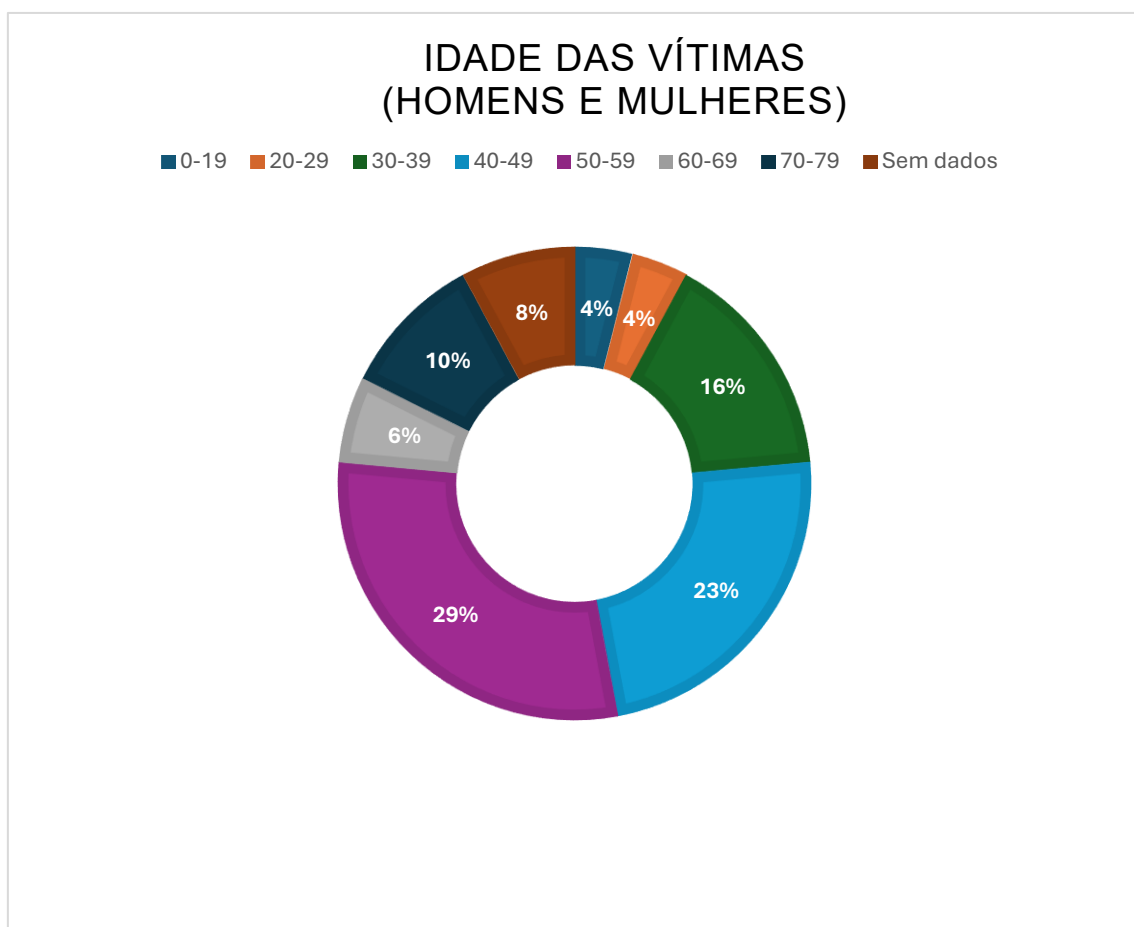


Gráfico 2

No que diz respeito à localização geográfica, observa-se que 37% das vítimas (homens e mulheres) residem na União das Freguesias de Raiva, Pedorido e Paraíso, 21% na União das Freguesias de Sobrado e Bairros, 18% em Santa Maria de Sardoura e 9% em São Martinho de Sardoura. Estas freguesias, particularmente as mais afastadas da sede do concelho, caracterizam-se por um maior isolamento geográfico e menor acesso a transportes e serviços, o que contribui para uma maior vulnerabilidade das vítimas na hora de procurar ajuda. A CIG (2022) reforça que o isolamento territorial é um fator de risco relevante, uma vez que limita o acesso a respostas rápidas e mais eficazes.

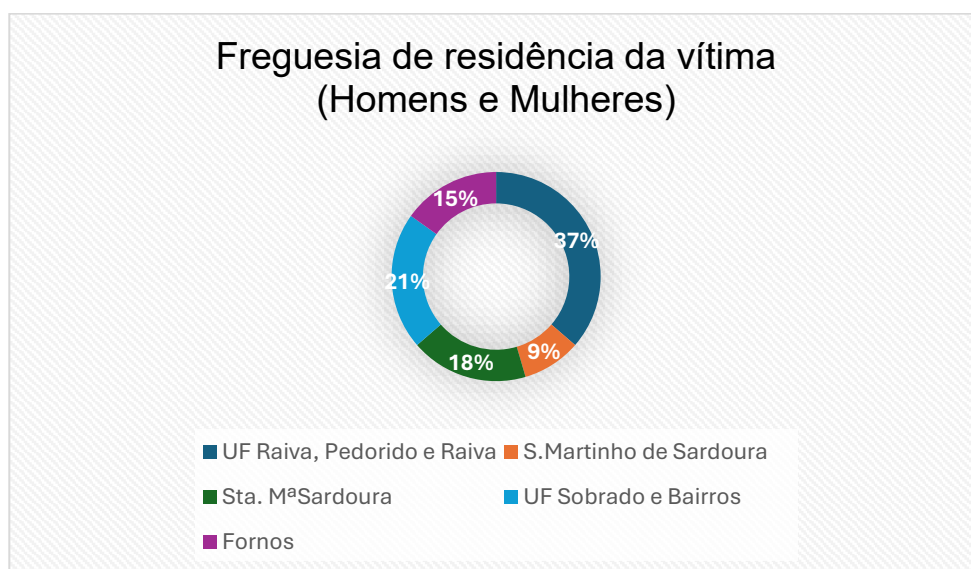


Gráfico 3

Quanto à escolaridade constata-se que a maioria das vítimas (mulheres e homens) apresenta baixos níveis de instrução o que nos diz que a baixa literacia contia a ser um elemento de vulnerabilidade. A Organização Mundial da Saúde (OMS, 2021) e a APAV (2023) destacam que baixos níveis de escolaridade podem estar diretamente ligados com a dificuldade ao acesso à informação, à menor autonomia económica e à dependência prolongada de parceiros abusivos.

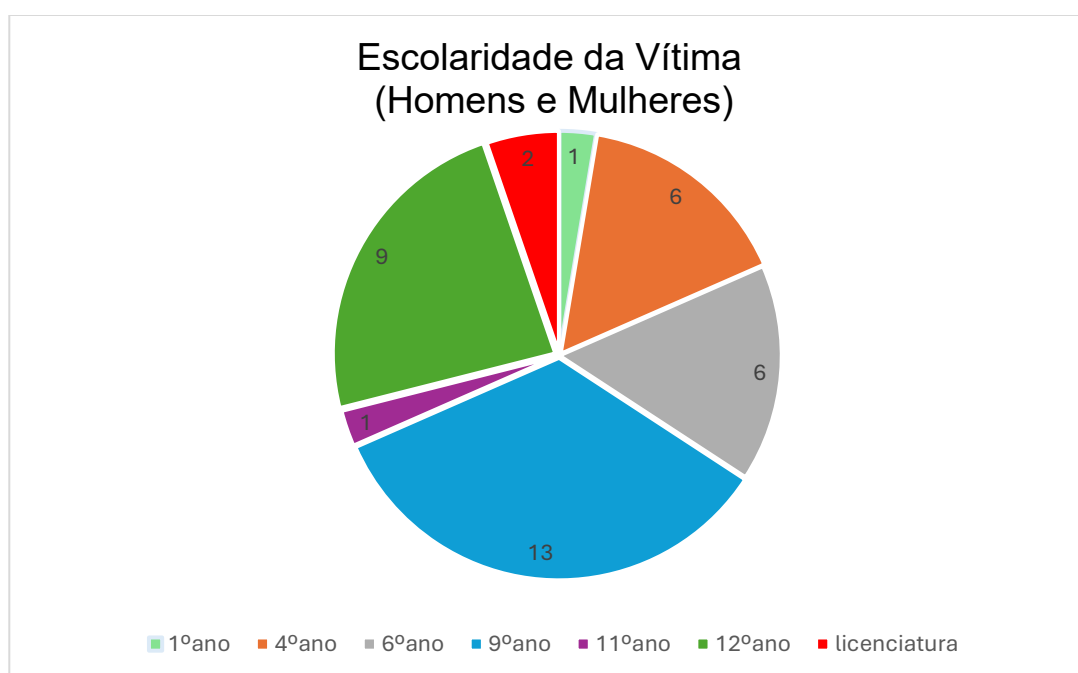


Gráfico 4

Relativamente à ocupação e situação económica, a maioria das vítimas (homens e mulheres) encontra-se desempregada, 24 vítimas auferem 500 a 1000€, 9 recebem até 500€, 8 encontram-se em situação de desemprego, 3 são estudantes sem rendimento, 2 recebem entre 1001 a 1500€ mensais e apenas 1 vítima aufer mais de 1500€ de salário por mês.

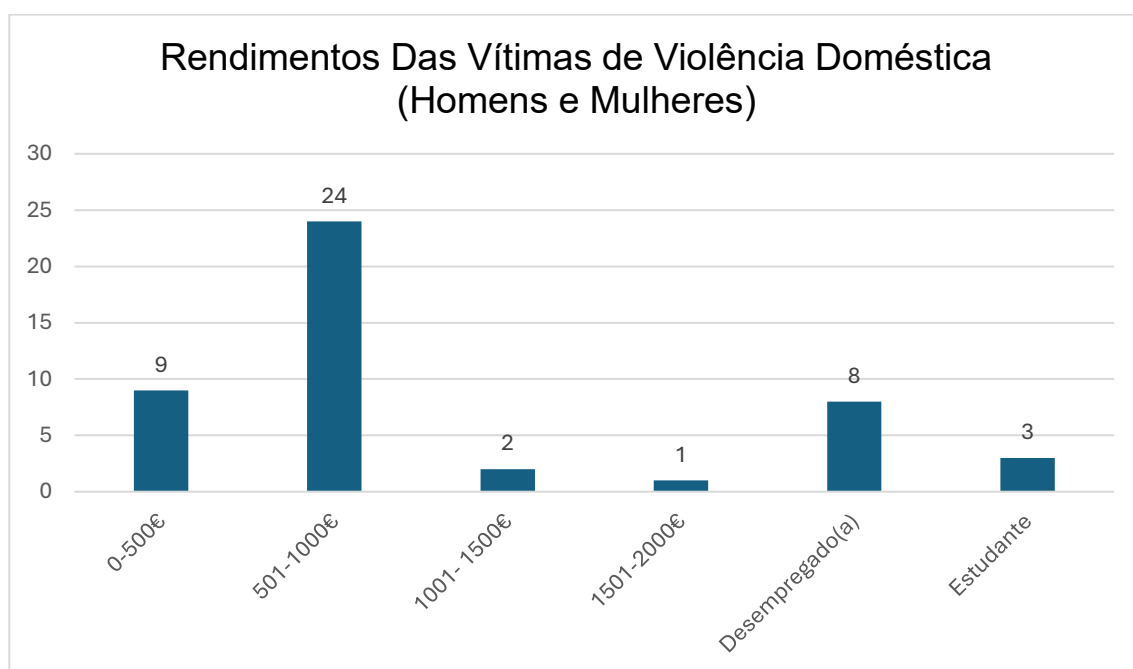


Gráfico 5

Estes dados evidenciam que as vítimas de violência doméstica enfrentam, na sua maioria, condições de vulnerabilidade económica que dificultam a rutura com o agressor e o acesso à sua própria autonomia. AAPAV (2023) sublinha que a dependência financeira é um dos fatores mais críticos na perpetuação do ciclo violento, em particular nos contextos de coabitação prolongada.

Em suma, depois desta análise, posso afirmar que o perfil da vítima em Castelo de Paiva é maioritariamente feminino, adulto e com baixos níveis de escolaridade, frágil situação económica e residente em zonas geograficamente.

A compreensão do perfil do agressor/a é igualmente essencial para uma abordagem completa do fenómeno. A análise relativa ao gabinete Cataventos para o ano 2024 revela que este perfil do/a agressor/a segue padrões semelhantes aqueles que são registados a nível nacional.

De acordo com o gráfico relativo ao sexo dos agressores/as, observa-se uma clara predominância masculina: 31 dos 36 agressores/as são do sexo masculino, enquanto 5 são do feminino. Estes resultados estão alinhados com o Relatório Anual da APAV (2023), que indica que a maior parte dos agressores são homens.

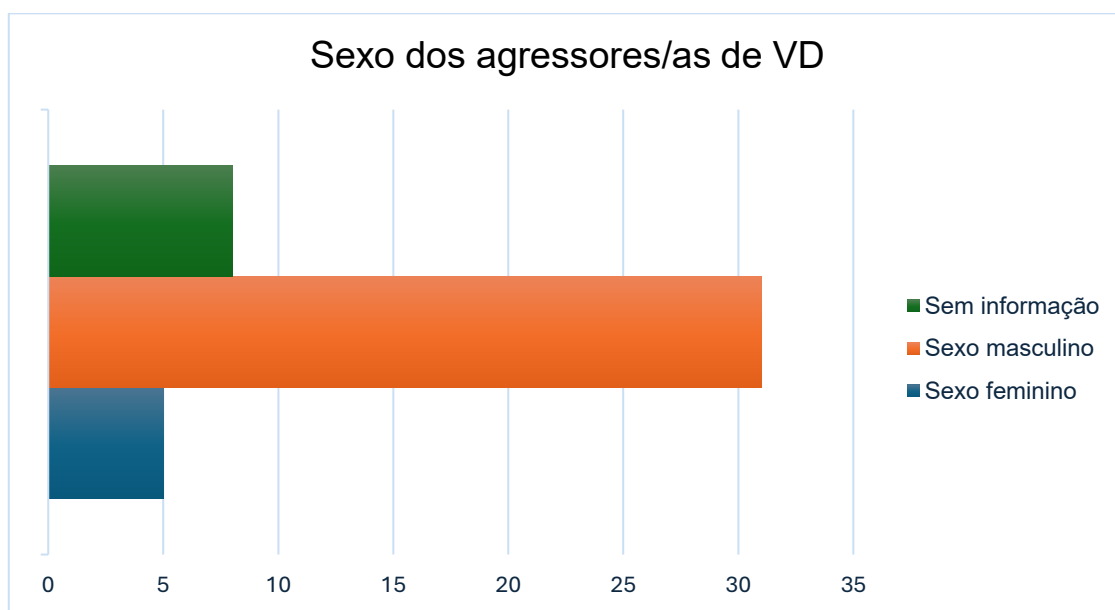


Gráfico 6

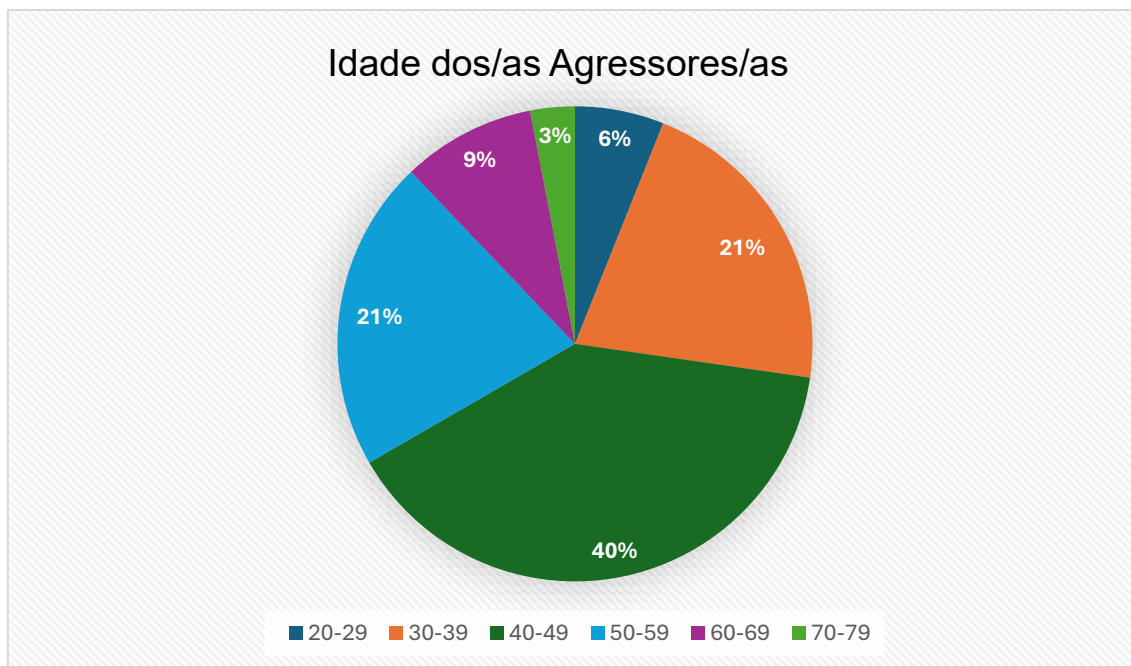


Gráfico 7

O gráfico relativo à faixa etária demonstra que as idades mais representadas se situam entre os 40 e os 49 anos, seguidas das faixas etárias 30 aos 39 e 50-59 anos. Estas faixas etárias coincidem com períodos da vida conjugal e familiar, o que reforça a forte ligação entre a violência doméstica e as dinâmicas relacionais marcadas muitas vezes por dependência emocional e instabilidade conjugal. É também um período em que a economia doméstica pode ser capturada como instrumento de poder.

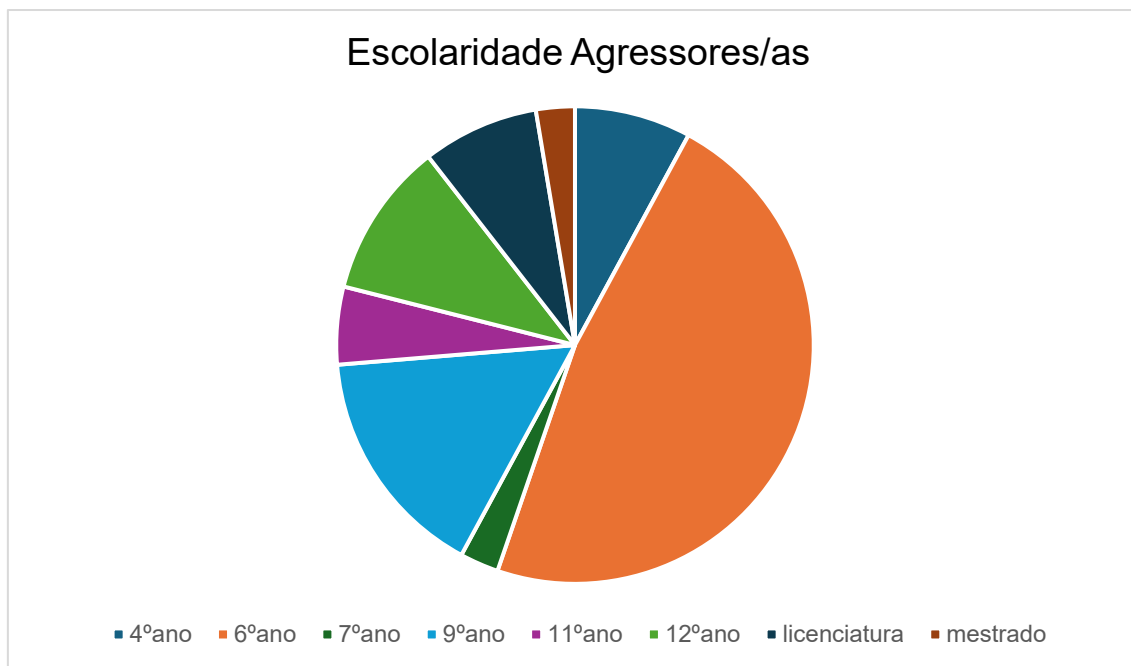


Gráfico 8

No que diz respeito à escolaridade, o gráfico evidencia que a maior parte dos agressores/as possui apenas o 6º ano de escolaridade, indicando baixos níveis de instrução e percursos escolares interrompidos. Segundo a CIG (2022), a reduzida escolaridade pode estar associada à dificuldade na resolução de conflitos de forma saudável, fatores que podem contribuir para a utilização da violência como forma de controlo.

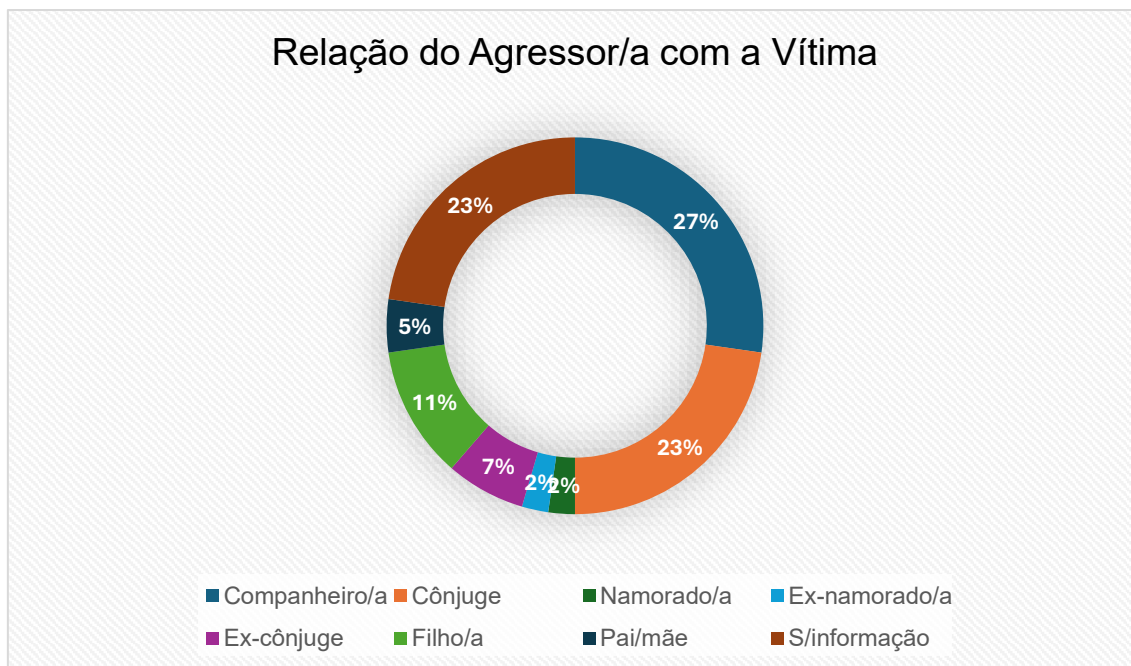


Gráfico 9

A relação entre a vítima e o agressor/a revela que a maioria dos casos ocorre em contextos de intimidade afetiva: 24% companheiros, 23% cônjuges, 11% filhos/as, 7% ex-cônjuges, 2% namorados/as, 2% ex-namorados/as e 5% pais ou mães. Esta predominância de relações íntimas confirma que a violência doméstica está frequentemente associada a relações de dependência emocional e económica, tornando a rutura e a denúncia particularmente difíceis.

O conjunto destes dados permite delinear o perfil do/a agressor/a de violência doméstica em Castelo de Paiva: maioritariamente masculino, entre os 30 e os 50 anos, com baixo nível de escolaridade, emprego precário ou desemprego e uma relação direta e afetiva com a vítima.

Ao realizar uma análise diferenciada entre as vítimas e os/as agressores/as segundo o sexo nasce da necessidade de compreender com maior profundidade as especificidades que caracterizam este fenómeno e de evitar que a sua leitura seja simplificada, reduzindo-o a um padrão único. Segundo Dobash & Dobash (1979), a violência conjugal está historicamente ligada a relações assimétricas do poder, em que os homens tendem assumir papéis de autoridade, enquanto as mulheres se encontram vulneráveis à vitimação. Connell (2012) reforça esta ideia ao sublinhar que as construções sobre a masculinidade e da feminilidade moldam as perceções do poder e da vulnerabilidade, explicando a desigualdade na violência doméstica. Ao separar os dados por género, consigo perceber melhor os fatores que podem estar ligados a situações diferentes de vulnerabilidade e a motivos distintos para a agressão. Seria interessante fazer mais cruzamentos de dados e construir outros gráficos para obter um retrato mais completo sobre as vítimas e os/as agressores/as, mas não foi possível pois as informações relativas ao Gabinete Cataventos são sensíveis e requerem uma atenção especial devido a regras éticas e legais que limitam aquilo que pode ser analisado.

Perante estas limitações, optei por focar a minha análise nas variáveis “idade” e “escolaridade”, porque eram aquelas que apresentavam mais informação e são uteis para compreender este fenómeno. A idade ajuda a perceber em quais fases da vida o risco pode ser maior e a escolaridade, por sua vez, dá uma ideia tanto dos recursos como das oportunidades de cada pessoa.

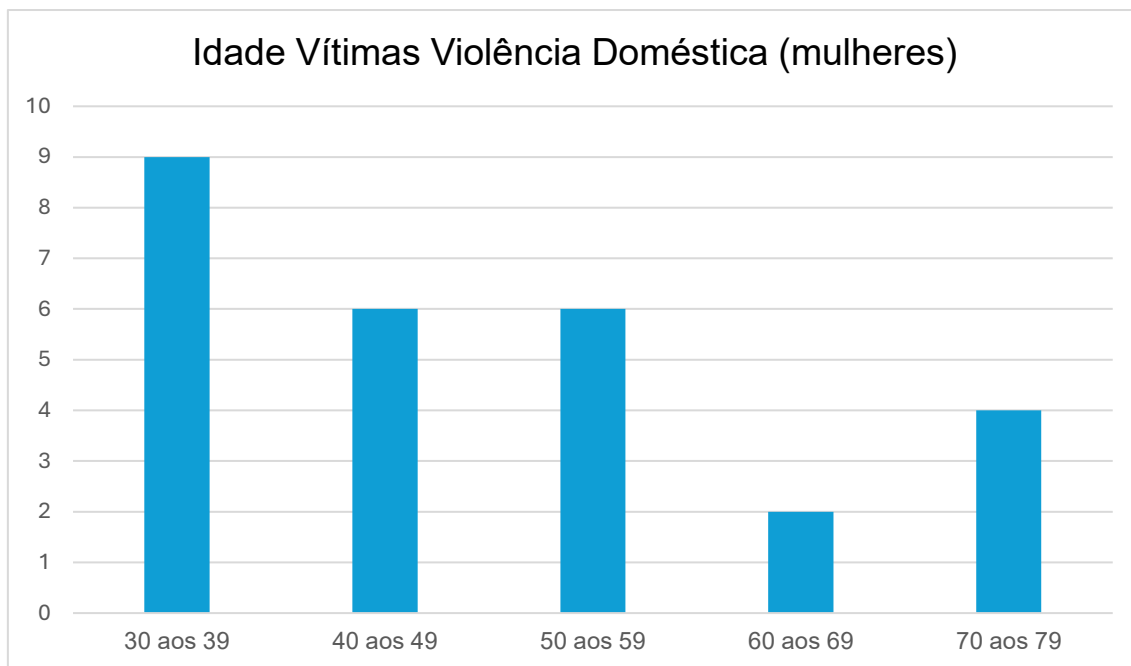


Gráfico 10

A idade das vítimas concentra-se maioritariamente entre os 30 e 39 anos, com valores ainda elevados nos 40 a 49 e 50 a 59 anos.

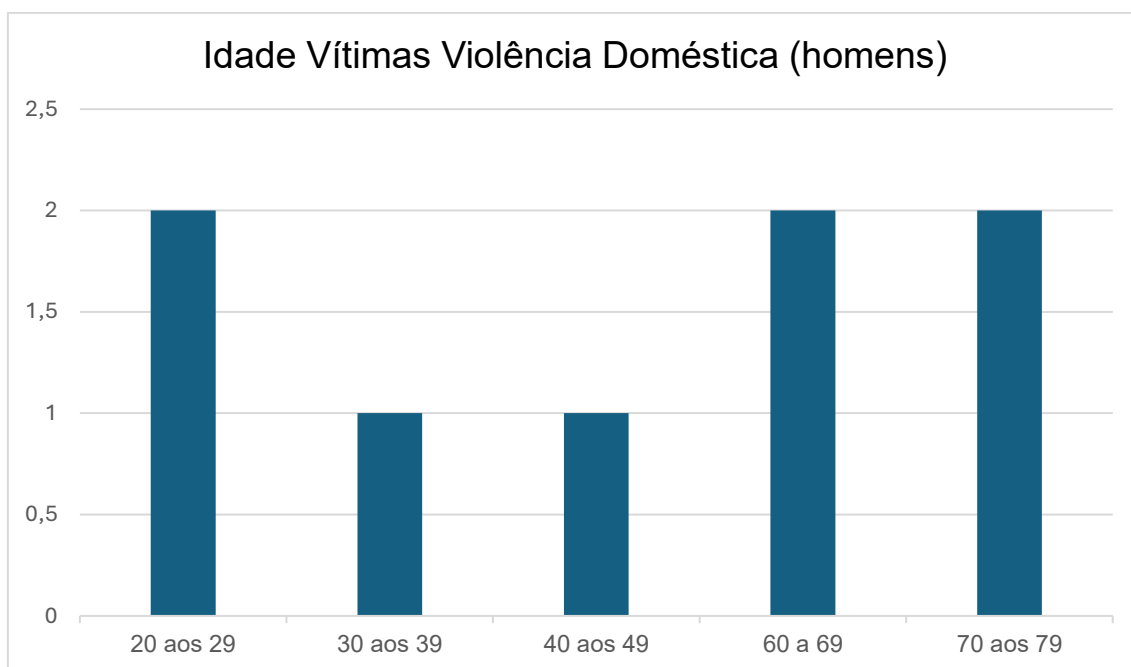


Gráfico 11

Com baixas frequências em todas as idades, observam-se picos nos 20 aos 29 anos e nos 60 aos 69 e 70 aos 79, o que não descarta uma ligação com

os conflitos que acontecem dentro da relação ou da família, como refere Johnson (2008). Neste caso, essa ideia não pode ser afirmada, porque para tal seria necessário conhecer a relação da vítima com o/a agressor/a.

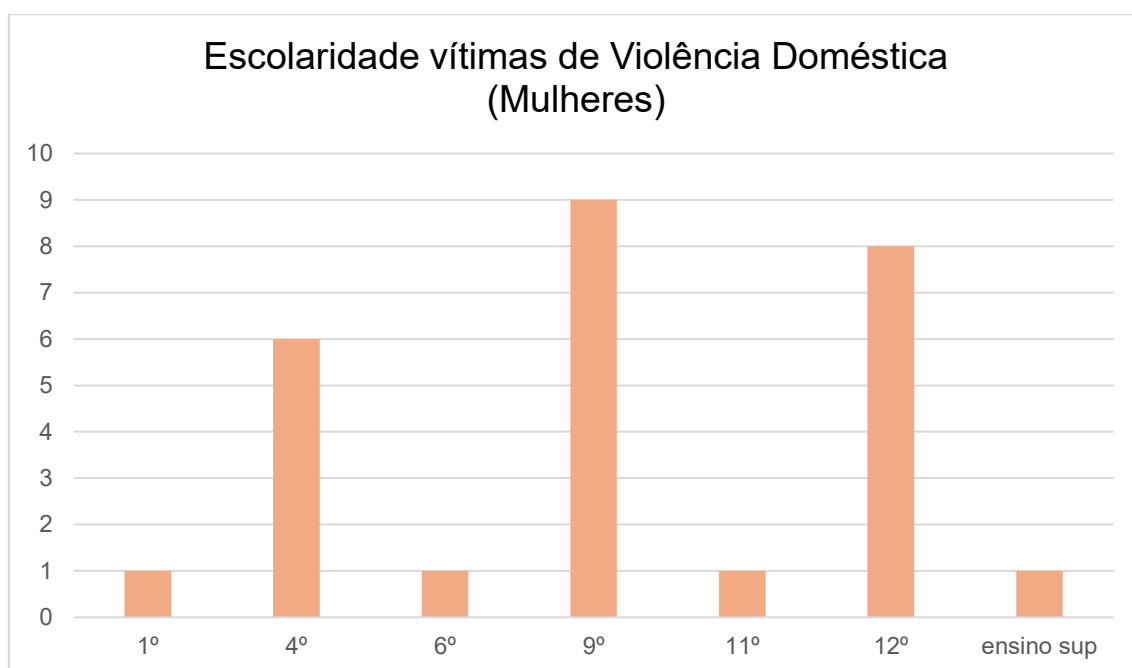


Gráfico 12

A vitimação distribui-se por todos os níveis de escolaridade, com maior concentração no 9º e 12º ano, e valores adicionais no 4º, existem ainda casos com o 1º, 6º 11º ano, assim como ensino superior. O padrão confirma que a violência não é exclusiva de baixos níveis educativos, embora a menor escolaridade se associe normalmente a menores recursos e maior dependência (Kaukinen, 2004)

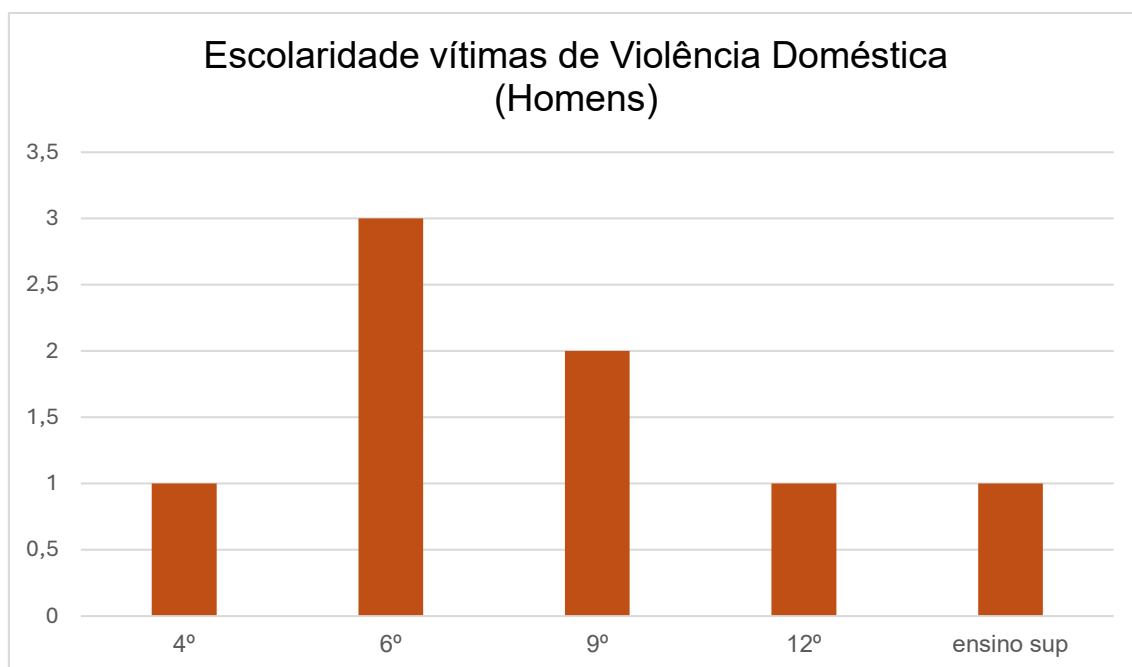


Gráfico 13

Observam-se frequências baixas em todos os níveis, com pico no 6º ano e registros também no 9º, 4º, 12º ano e ensino superior. Tal como entre mulheres, a vitimação masculina articula de forma transversal a escolaridade. Assim como enfatiza Kaukinen, 2004, as diferenças por nível de escolaridade podem refletir recursos desiguais a barreiras de ajuda também normas de masculinidade que dificultam a denúncia e o recurso a apoios formais. (Connell, 1995)

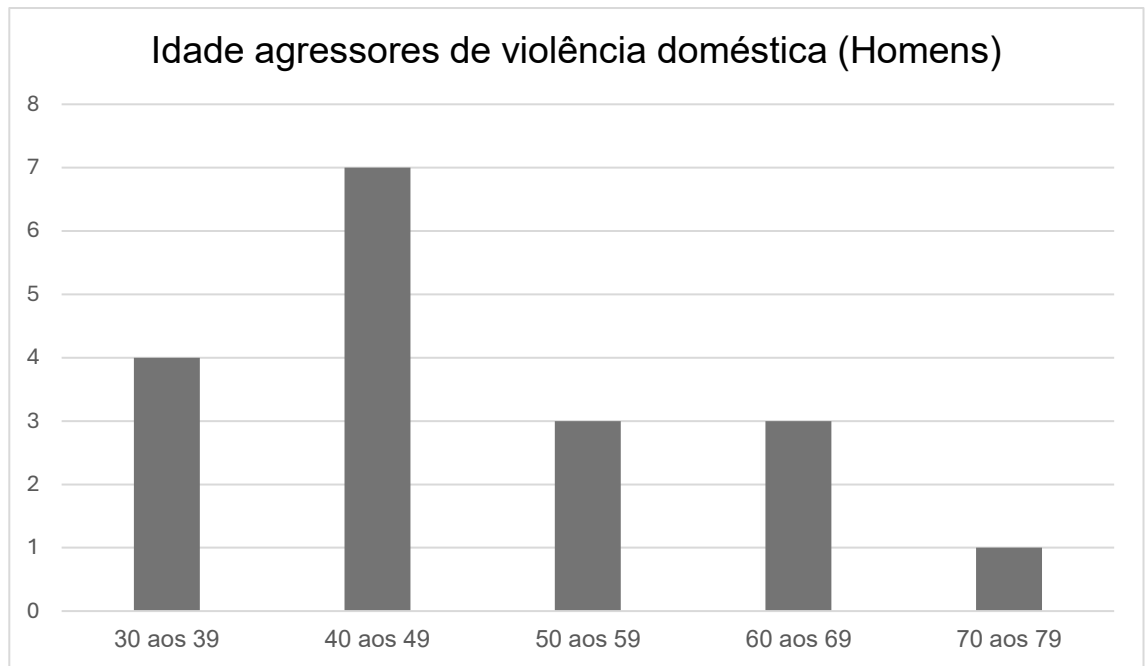


Gráfico 14

Os registos concentram-se na meia-idade, com pico nos 40-49 anos e 30-39 anos, existem casos residuais entre os 70 e os 79 anos. O gráfico mostra um padrão próximo da curva idade-crime, segundo a qual a probabilidade de envolvimento em violência doméstica tende a aumentar da juventude para a idade adulta e decrescer na velhice (Moffitt, 1993).

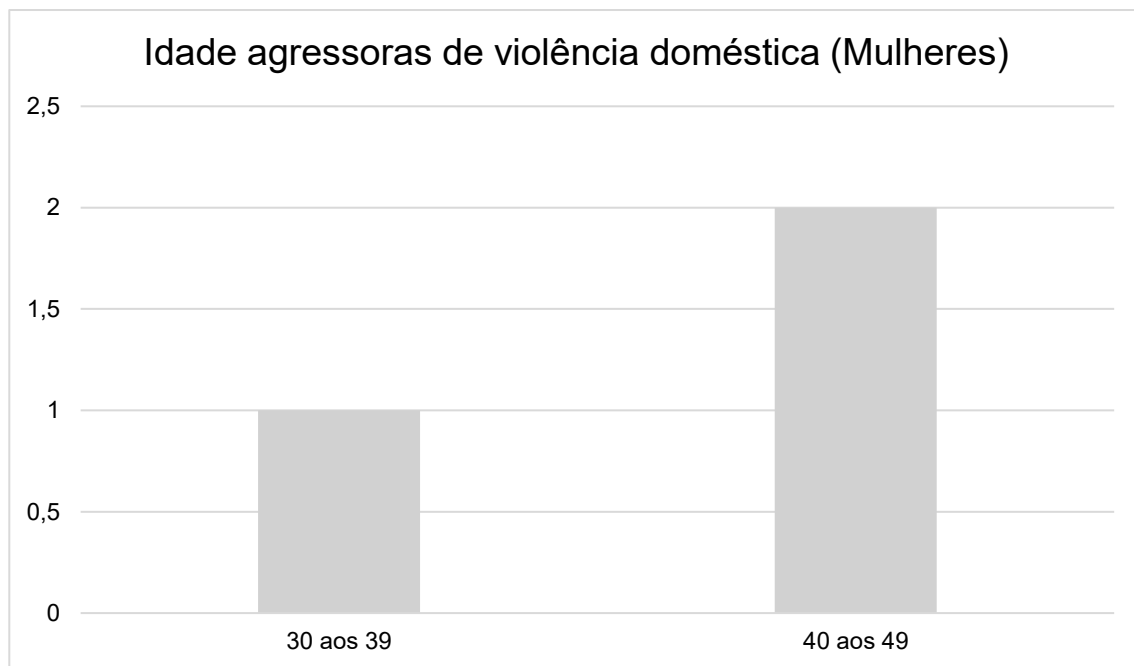


Gráfico 15

Com baixa contagem global, os registos agrupam-se na faixa etária dos 40 a 49 anos e 30 a 39 anos, sendo a primeira a mais representada.

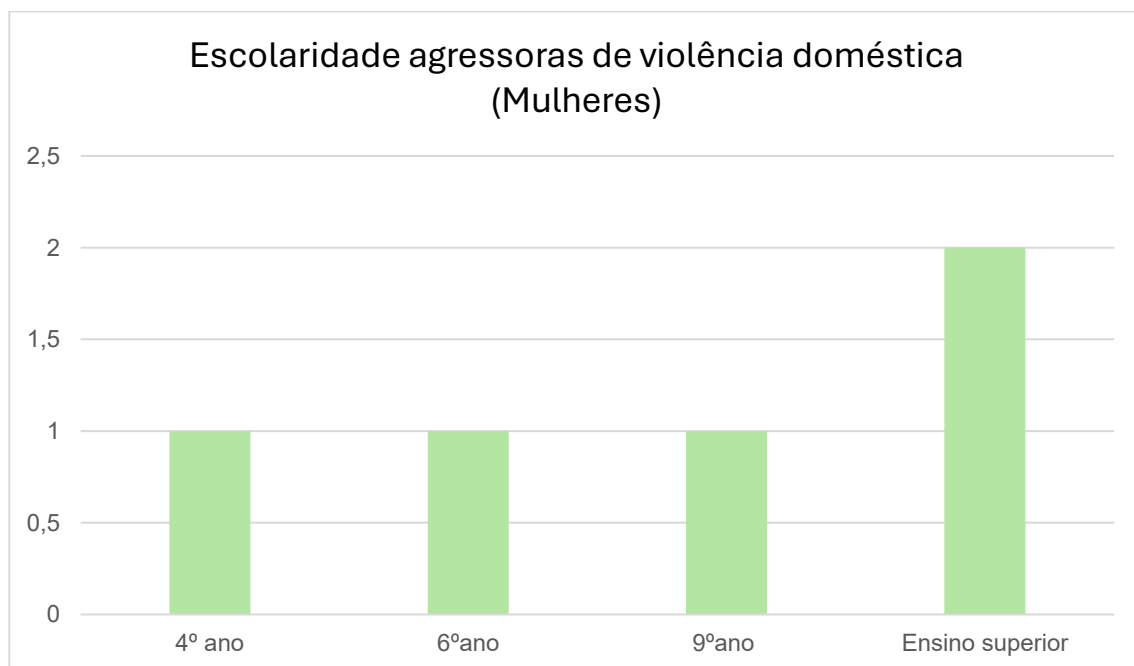


Gráfico 16

Com um número baixo de agressoras do sexo feminino, a presença em níveis distintos verifica-se, destacando-se as mulheres com o 4º 6º e 9º ano. Dado o número reduzido, estes valores são pouco indicativos. Ainda assim alinham-se com a evidencia de que trajetórias femininas de agressão emergem de contextos relacionais e biográficos específicos, não sendo exclusivas de um nível de ensino (Campbell, 1993)

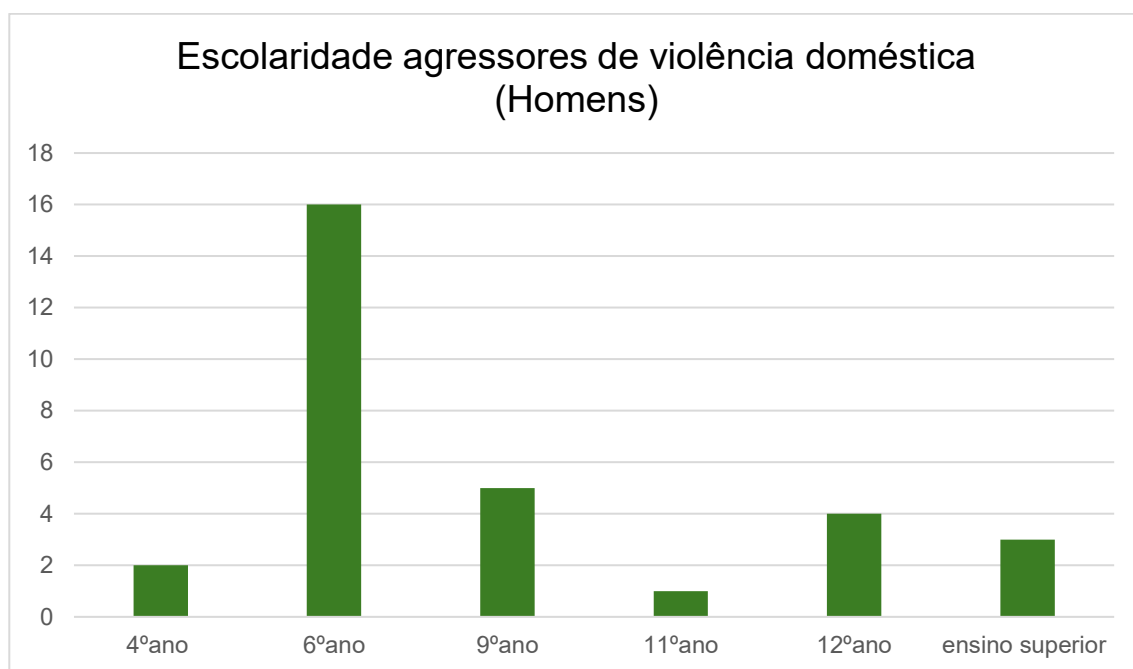


Gráfico 17

Observa-se aqui uma forte concentração na baixa escolaridade: 6º ano, seguindo do 9º ano, existindo ainda registos pertinentes no 12º ano. Os restantes níveis (4º ano, 11º ano e ensino superior) têm uma expressão residual, o que indica que os agressores são maioritariamente homens com percursos escolares interrompidos ou pouco prolongados.

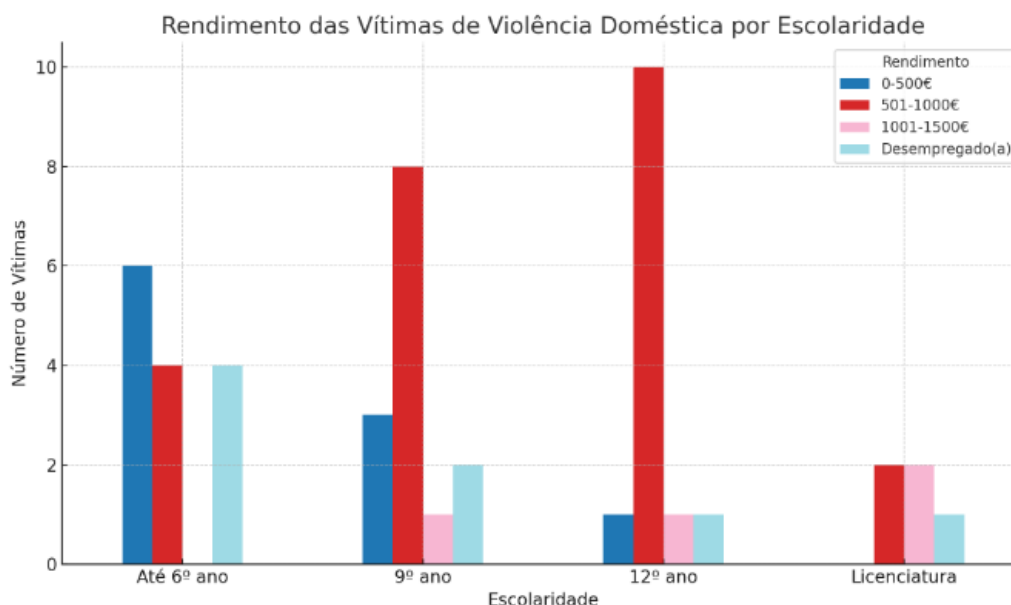


Gráfico 18

O gráfico mostra a distribuição do rendimento mensal das vítimas de violência doméstica por nível de escolaridade. Entre as vítimas com escolaridade até ao 6º ano destacam-se os rendimentos mais baixos (0-500€) e as situações de desemprego (4 casos), existindo ainda alguns casos no escalão 501-1000€. No 9º ano passa a predominar o rendimento de 501-1000€, embora continuem a existir vítimas com rendimentos inferiores e desempregadas. No 12º ano o padrão é ainda mais marcado, concentrando-se quase todas no intervalo 501 a 1000€. Entre as vítimas com licenciatura, não se observam rendimentos elevados: surgem sobretudo nos 501-1000€ e nos 1001-1500€ e existe ainda um caso de desemprego.

A distribuição que é feita no gráfico acima é coerente com a evidência de que menor capital escolar e constrangimentos económicos, aumentam a vulnerabilidade e a continuidade da vitimação (Kaukinen, 2004).

Reflexão dos dados apresentados

À luz dos resultados apresentados pelos últimos gráficos, torna-se possível formular uma orientação estratégica robusta para a prevenção e a intervenção. Antes de mais, impõe-se reconhecer que a vida adulta ativa e a meia-idade constituem períodos particularmente sensíveis do ciclo de vida, nos quais a interdependência económica, a parentalidade e a gestão quotidiana das rotinas familiares ampliam a exposição a dinâmicas de controlo e conflito (APAV, 2024; Organização Mundial da Saúde, 2022). Assim, as políticas e os dispositivos locais devem dirigir a sua atenção prioritária para este problema, calibrando a identificação de sinais precoces, os mecanismos de proteção e os itinerários de apoio para quem vive em contextos de coabitação e partilha de responsabilidades (ONU Mulheres, 2023). Esta priorização não tem como objetivo excluir os outros grupos etários, mas sim concentrar recursos onde a incidência e o impacto previsíveis são mais elevados, potenciando a equidade na distribuição de esforços públicos (Gonçalves & Matos, 2023).

Em simultâneo, impõe-se reduzir barreiras estruturais associadas a baixos níveis de escolaridade, através de iniciativas integradas de literacia jurídica e digital, capacitação económica e apoios de transição que sustentem a autonomia durante e após a rutura (CIG, 2024). Paralelamente, as respostas devem ser sensíveis ao género, contemplando trajetórias específicas de vitimação masculina e feminina e prevenindo abordagens estereotipadas (ONU Mulheres, 2023). Em termos operacionais, isto implica reforçar mecanismos de deteção precoce em contextos de coabitação e parentalidade, articular programas de responsabilização para autores com módulos de gestão de conflito e igualdade de género, e garantir vias de acesso diferenciadas para jovens adultos e pessoas idosas (APAV, 2024). Embora os dados disponíveis não esgotem a explicação do fenómeno, a consistência dos padrões observados sustenta um foco claro: intervir na faixa dos 30 aos 59 anos, mitigar desigualdades educativas e assegurar respostas ajustadas ao sexo e ciclo de vida, como condição necessária para reduzir a continuidade da vitimação e a reincidência no crime.

Capítulo VI- Intervenção na Violência Doméstica

O gabinete Cataventos

O primeiro passo após a denúncia da vítima é a criação de uma ficha de referenciação que estabelecerá a ligação da Rede Especializada Municipal, que é composta pela Estrutura de Atendimento, Ministério Público, Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, Agrupamentos de Centros de Saúde, GNR e Instituto de Segurança Social, de modo a perceber se este caso já se encontra referenciado por estas identidades ou então para dar a conhecer. No acolhimento, o/a técnico/a esclarece desde início os direitos da vítima, recolhe o consentimento informado e explica os limites da confidencialidade, garantindo assim um registo padronizado na ficha de atendimento e evitando a vitimação secundária. A ficha de referenciação é enviada por e-mail aos pontos focais (EA,MP,GNR,CPCJ,ACeS, ISS), solicitando resposta em 24h sobre acompanhamento prévio e pedindo breve relatório útil, a partir destes contributos inicia-se a intervenção articulada.

No atendimento presencial do Gabinete Cataventos, é importante dar a conhecer desde logo, a rede em que se encontra inserido este gabinete, e quais as vantagens do acompanhamento pelas Técnico de Atendimento à Vítima, uma vez que esta rede oferece apoio confidencial e gratuito nas áreas sociais, psicológica e jurídica a todas as vítimas de violência doméstica que tomem a iniciativa de relatar o acontecimento. Explica-se o percurso de acompanhamento e as respostas disponíveis no gabinete (psicológica, social e jurídica), sublinhando o carácter gratuito e confidencial, bem como a articulação com as restantes estruturas de atendimento da UNIDAS. São utilizados os instrumentos técnicos validados pela RNAVVD/CIG (consentimento informado, ficha única de atendimento, caracterização de factos, plano de segurança, avaliação social e PII, relatórios de encaminhamento).

Assim sendo, o/a técnico/a deve conseguir perceber de forma pormenorizada todos os detalhes acerca do acontecimento que a vítima relata, de modo a passar à própria vítima uma empatia e segurança que a/o faça sentir confortável, para que a pessoa que está a ser vítima de violência consiga ter a coragem necessária para partir para um novo projeto de vida, longe do

agressor(a). A entrevista inicial é semiestruturada e centra-se na compreensão do padrão do controlo, das necessidades imediatas e na identificação de recursos de suporte. Posto isto, a TAV irá proceder à avaliação de risco e à realização de um plano de segurança. (Unidas) No primeiro contacto a vítima recebe informação clara sobre: onde/como denunciar, proteção disponível, apoio judiciário, indemnizações, serviços de tradução/integração e procedimentos quando não reside em Portugal.

Avaliação de Risco

De acordo com Mascoli & Ferreira 2014, a avaliação de risco é uma ferramenta importante, e utilizada no gabinete Cataventos, uma vez que com a mesma conseguimos perceber a situação de perigo a que a vítima está exposta. Assim, a vítima deve ser colocada de forma estratégica, tendo sempre em consideração que os agressores/as apresentam fatores de risco que podem ou não variar, e que precisam de uma atenção especial, a tanto do TAV, como de todas as entidades parceiras que compõem a Rede Especializada do Município. Consoante o nível de risco, ativam-se de imediato medidas de proteção. Esta avaliação não é um ato único, mas um processo contínuo: sempre que há nova informação, alteração no comportamento do/a agressor/a, mudança de residência, separação ou reaproximação do casal, o risco deve ser novamente analisado.

Fonte: Página Segurança e Ciências Forenses



Figura 17

Plano de Segurança

O plano de segurança é construído juntamente com a vítima e inclui os contactos de emergência, rotas de fuga e informação sobre as respostas de emergência, como a casa abrigo ou a teleassistência, sendo sempre revisto e atualizado ao longo de todo o acompanhamento. O plano responde a questões operacionais: a) que sinais antecipam o risco? b) que sinais internos (pensamentos, reações físicas/emocionais) e eventos externos aumentam o perigo? c) como proteger a si e aos/as filhos/as d) que estratégias anteriores funcionaram (ou não) e porquê.

Trabalho em rede

O trabalho em rede é fundamental para que se previnam os casos de violência doméstica e para que o poder local tenha uma maior, dando cota dos recursos disponíveis, utilizando-os da melhor forma para responder a este flagelo. Neste sentido, foi criado um protocolo de territorialização de apoio à vítima de violência doméstica designada Unidas, e que conta com 11 estruturas de atendimento. Em risco elevado, são ativadas as forças de segurança e o Ministério Público imediatamente, e as sinalizações à CPCJ são formalizadas até 24 horas.

Postura de um profissional

Um/a profissional que atua diariamente num gabinete de apoio à violência doméstica deve adotar uma postura empática, adotando a escuta ativa e sem julgamentos. A prática é trauma-informada, com uma linguagem centrada na vítima, validação emocional e ausência de culpabilização, integrando supervisão técnica regular e estratégias de autocuidado. Para além da intervenção técnica, o profissional deve ter em conta as dimensões relacional e pedagógica, valorizando a relação, a clareza na comunicação e autonomia da vítima. Em

síntese, cabe-lhe informar, proteger e acompanhar com respeito, rigor e proximidade. Na comunicação, o/a TAV usa parafraseamento/resumo (“deixei-me ver se eu percebi...”), alterna perguntas abertas/fechadas (evitando “porquê?”), cuida do não verbal (postura ao mesmo nível, contacto visual não imposto, expressão facial neutra) e adapta a linguagem ao nível de literacia. Quanto à confidencialidade (Lei 112/2009, art.8.º), a documentação fica trancada, não se fala de casos em zonas comuns e as partilhas entre entidades são mínimas e com consentimento; por telefone só se contacta com autorização previa e sem se identificar se não for a vítima a atender.

Para além disso, compete ao/à TAV assegurar o consentimento informado continuo, clarificar os limites da confidencialidade sempre que exista perigo para a vítima ou para as crianças, e atuar segundo o princípio da intervenção mínima, articulando só as entidades estritamente necessárias. Esta prática deve ainda ser culturalmente competente e inclusiva (género, orientação sexual, origem, deficiência, literacia), garantindo acessibilidade física e comunicacional.

Capítulo VII- Proposta de Intervenção

Projetos futuros que podem diminuir os casos de VD no município. (Programa para Agressores de Violência Doméstica (PAVD))

Enquanto estagiária em contexto autárquico, esta proposta emerge da observação direta das dinâmicas familiares e dos constrangimentos sentidos pelas técnicas na resposta aos casos de violência doméstica. A experiência prática demonstrou-me que, apesar das grandes competências que dizem respeito ao gabinete de apoio à vítima e das políticas públicas que são aplicadas, a reincidência dos casos continua a verificar-se o que parece evidenciar a necessidade de repensar as estratégias de intervenção adotadas pelo Município.

O objetivo geral consiste em reduzir a reincidência dos casos de violência doméstica no Município através de uma intervenção socioeducativa junto do agressor/a, complementar às respostas já existentes. Em concreto, aquilo que se pretende é promover o/a agressor/a a responsabilizar-se pelos atos que foram praticados, desenvolver competências de autorregulação emocional e comunicação não violenta e desconstruir crenças e estereótipos de género associados ao controlo.

Na lógica de proximidade territorial, este gabinete de apoio à vítima e ao/a agressor/a inspirado em modelos com o Gabinete de Estudos e Atendimento a Vítimas e Agressores (GEAV) não descredibiliza o trabalho que deve ser feito continuamente no que diz respeito à proteção das vítimas, pelo contrário, complementa-o.

Como referem Rijo & Capinha (2012) “a violência conjugal consiste num padrão relacional disfuncional que surge no seio de um vínculo relacional íntimo entre duas pessoas, uma identificada como vítima e outra como agressor” (p.90).

Tal como sublinha Celina Manita (2008) “quando as vítimas decidem romper com a situação violenta, essa ruptura não elimina o risco” (p.24), sendo muito importante garantir um acompanhamento articulado e que abranja todas as partes envolvidas.

Compreende-se a violência como um fenómeno relacional, que é passível de transformação através de processos educativos consistentes. O gabinete proposto estrutura-se em quatro eixos fundamentais: autorregulação emocional, centrada na identificação e gestão de emoções negativas; a reestruturação de estereótipos; a adoção de uma comunicação não-violenta; a preparação para relações saudáveis com a resolução pacífica dos conflitos. Operacionalmente, a intervenção concretiza estes eixos através de sessões individuais (45-60 minutos) e grupais (90 minutos), com uma periodicidade semanal e durante 24 semanas, permitindo assim a identificação de gatilhos emocionais, a desconstrução de crenças num trabalho progressivo.

Do ponto de vista metodológico, este gabinete irá seguir a educação como instrumento de conscientização, assim como defendido por Paulo Freire (1970). Uma vez que este espaço servirá de um local reflexivo, onde o diálogo e a escuta ativa serão os principais instrumentos de transformação pessoal. Neste sentido, o agressor/a é chamado a refletir criticamente sobre as suas atitudes, a reconhecer as causas, assim como as consequências dos seus comportamentos.

A intervenção terá início com uma fase de avaliação diagnóstica, que se destina à recolha de informações sobre o perfil psicológico, emocional e comportamental do agressor/a incluindo fatores como as crenças de género ou a impulsividade. Esta fase é importante para delinear um plano individualizado de intervenção adaptado a cada caso. A avaliação inicial engloba também a apreciação de risco para as vítimas, a definição de objetivos a cumprir e a esclarecer as regras de participação como por exemplo os termos de confidencialidade.

A estrutura do gabinete segue sobretudo a proposta de Celina Manita (2008) sobre intervenções articuladas com vítimas e agressores, sendo complementada pelas perspetivas relacionais de Rijo & Capinha (2012) com enfoque na dimensão educativa de Freire (1970).

O funcionamento do gabinete assenta em quatro eixos, que se traduzem em atividades práticas e sessões de acompanhamento individual ou em grupo.

No eixo da autorregulação emocional, trabalha-se o reconhecimento assim como a gestão de emoções, o ciúme e a frustração, recorrendo a técnicas de autocontrolo, que não são do conhecimento do agressor/as.

O eixo da reestruturação de estereótipos centra-se na análise das crenças e representações de género que sustentam as desigualdades, promovendo assim uma visão mais saudável das relações.

No eixo da comunicação não violenta, procura-se desenvolver competências de empatia através de exercícios fictícios que ensinam o agressor/a a lidar com o conflito de uma forma não violenta.

Por fim, o eixo da preparação para as relações saudáveis que visa consolidar todas as aprendizagens dos eixos anteriores, promovendo mudanças reais na forma como o agressor/a se relaciona consigo próprio/a e com os outros. Nesta fase o foco é o desenvolvimento de competências que favoreçam o respeito mútuo, incentivando comportamentos que se baseiem na igualdade, autonomia e a valorização do diálogo.

No decorrer deste programa, serão realizadas sessões de ajuste de acordo com as necessidades de cada participante, em função da sua evolução. Estes ajustes podem passar pela reformulação dos objetivos ou pela introdução de conteúdos específicos ajustados ao perfil de risco e a integração de recursos complementares como é o caso do apoio jurídico.

Os grupos reflexivos, constituem um instrumento crucial na intervenção, pois de acordo com Pessoa & Wanderley (2020) é deste modo que o agressor/a pode ter consciência dos seus atos, uma vez que tendem inicialmente a negar o ocorrido, promovendo assim a sua responsabilização, que é um elemento essencial para a reeducação do/a próprio/a agressor/a. Estes grupos permitem o confronto de perspetivas, a reconstrução de significados e a partilha de experiências para que se possa transformar a responsabilização numa oportunidade de crescimento, tanto pessoal, como social. Estas dinâmicas grupais podem potenciar o desenvolvimento da empatia, e o treino da comunicação assertiva e pacífica, fatores que a literatura associa à diminuição do risco da repetição de comportamentos violentos.

Para assegurar a qualidade técnica deste gabinete de intervenção, o mesmo contará com uma equipa multidisciplinar composta por profissionais das áreas das ciências da educação, psicologia, serviço social e apoio jurídico, articulado com serviços de psiquiatria quando necessário.

Em termos funcionais, a Psicologia realiza uma avaliação clínica tanto inicial como contínua, identifica fatores de risco e de proteção, define com o/a agressor/a os objetivos da intervenção e conduz as sessões individuais e os grupos reflexivos, acompanhando a sua eficácia ao longo do tempo. As Ciências da Educação asseguram o desenho pedagógico do percurso, ou seja, organizam os conteúdos que serão abordados ao longo dos quatro eixos, avaliando através de materiais de apoio o que foi apreendido em cada fase. O serviço social revela-se fundamental para avaliar a situação familiar e socioeconómica fazendo a ligação entre a rede de recursos do município, como por exemplo a saúde, o emprego, a habitação ou a formação. O apoio jurídico esclarece os direitos e os deveres do/a agressor/a, interpreta as medidas de coação e de proteção, explica as responsabilidades parentais e as consequências do seu incumprimento, muitas vezes desconhecidas. Como referido anteriormente, quando necessário deve-se estabelecer uma ligação com os serviços de psiquiatria que procedem à avaliação de problemas de saúde mental ou até dependências e propõe o tratamento necessário, de forma a estabilizar sintomas que podem interferir com o seu controlo comportamental.

Apesar da violência conjugal ser a forma mais frequentemente identificada no Gabinete Cataventos, é fundamental reconhecer que a violência doméstica assume múltiplas expressões relacionais o que exige respostas capazes de atuar sobre todo o tipo de conflitos que se manifestam no seio familiar. Neste sentido o Gabinete de Apoio ao/a agressor/a apresentasse como uma estrutura de intervenção que pode contribuir significativamente para a prevenção e reeducação de todas as formas de violência doméstica, uma vez que oferece um espaço de reflexão, responsabilização e reeducação adaptado as necessidades específicas de cada pessoa. O acesso poderá ocorrer por via voluntária, por encaminhamento técnico ou por recomendação judicial, no entanto, em todos os casos esta intervenção

decorre de acordo com as regras de segurança do Gabinete de Apoio à Vítima.

A implementação deste Gabinete nunca substituirá as medidas de proteção que são disponibilizadas à vítima, mas pelo contrário, funcionar em estreita ligação com as estruturas já existentes de apoio, com os serviços sociais e o sistema judicial, de modo a assegurar que a segurança e o bem-estar da vítima continuam a ser a prioridade de toda a intervenção.

Reflexões finais

O estágio curricular no Gabinete de Ação Social e Educação, com particular enfoque na intervenção no Gabinete de violência Doméstica, foi um momento de crescimento pessoal, académico e profissional que aproximou a formação em Ciências da Educação da realidade do serviço público. Mais do que uma experiência prática, foi um exercício contínuo de escuta, adaptação e constante questionamento, em que consolidei uma forma de trabalhar centrada em observar, analisar e intervir, assumindo assim o erro como parte do processo e fonte direta de aprendizagem, tal como sublinha Vaz (2009). Ao longo do percurso pude confirmar que o contributo das Ciências da Educação se pode revelar muito importante em contextos municipais e em particular na problemática da violência doméstica, porque se trata de uma área onde não é possível intervir sem fundamentação teórica, sem olhar multidisciplinar e sem consciência ética. Tal como refere Cabreira (2015), “A complexidade e diversidade inerente a um fenómeno educativo obriga a uma formação também ela assente na complexidade, através do conhecimento e reflexão sobre diversas disciplinas teóricas que se traduz numa profissionalidade ricamente composta por vários e amplos campos científicos que contribuem para uma intervenção ponderada e refletida (...)”.

Deste enquadramento nasceu o foco do meu estágio: conceber uma proposta de intervenção com agressores/as de violência doméstica que complementa o apoio às vítimas. Para além disso, procurei sempre que a proposta estivesse sempre alinhada com as orientações nacionais e locais de prevenção e combate a violência doméstica, respeitando os princípios de proteção da vítima, da responsabilização do/a agressor/a e de articulação interinstitucional.

O contacto com o Gabinete de Violência Doméstica mostrou, contudo, que trabalhar com agressores/as implica condições claras: critérios de inclusão bem definidos, avaliação de risco permanente, supervisão técnica e trabalho efetivo em equipa. Mostrou-me também que nem todos os casos podem avançar para uma intervenção deste tipo, seja por questões de segurança da vítima, seja por ausência de motivação do/a agressor/a, seja por orientações judiciais.

Importa ainda referir as limitações encontradas. Em primeiro lugar, estive a lidar com informação extremamente sensível, envolvendo situações pessoais, familiares e judiciais, o que significou que nem sempre pude aceder a todos os dados e utilizá-los livremente. A confidencialidade e o sigilo foram princípios continuamente reforçados pela equipa e por isso, tive de ajustar a profundidade da intervenção ao que era eticamente aceitável no contexto. Em segundo lugar, o percurso de estágio foi relativamente curto para que pudesse pôr em prática aquilo que planeei com o objetivo de intervenção no contexto, sendo assim não foi possível a implementação do gabinete de apoio à vítima e ao agressor/a. Em terceiro lugar, era o meu lugar enquanto estagiária, que significava que todas as minhas ações dependiam da validação das técnicas responsáveis e da agenda que já estava previamente concluída, este limite apesar de natural, acaba por condicionar os estudantes a terem um maior posicionamento no contexto.

O processo de estágio revela-se assim uma peça chave para a formação académica e na construção de uma identidade profissional, na medida que permite fazer a ligação entre aquilo que o aluno apreende e o que acontece efetivamente na instituição onde esta inserido. No meu caso, essa aproximação fez-se de forma muito visível porque tive o privilégio de conhecer e integrar o trabalho realizado não só na área da ação social mas também na área da educação, o que me permitiu compreender melhor a lógica do município enquanto entidade que articula respostas muito distintas, mas que têm todas uma única finalidade: o bem-estar da população de Castelo de Paiva. Esta articulação entre os serviços tornou evidente que a intervenção social e educativa estão interligadas, uma vez que muitas situações de violência doméstica tem implicações diretas no percurso escolar das crianças e inversamente a escola é muitas vezes o primeiro espaço onde sinais de risco são identificados e encaminhados. Estar em contacto com estas duas frentes ajudou-me, por isso, a olhar os casos de forma mais sistémica, incorporando fatores familiares, escolares, comunitários e institucionais na análise.

Ao mesmo tempo, o estágio possibilitou-me aplicar de forma concreta competências trabalhadas ao longo da minha formação em Ciências da Educação. Percebi que, em serviços municipais, estes saberes ganham

particular relevância porque a resposta tem de ser necessariamente contextualizada, articuladas com outros serviços e eticamente sustentadas.

Para concluir, este percurso permitiu-me confirmar que a presença dos profissionais das Ciências da Educação em estruturas municipais pode acrescentar capacidade de análise, de mediação e de avaliação às equipas já existentes, contribuindo para respostas mais integradas e coerentes com as necessidades da população. Mesmo reconhecendo os limites do tempo e de acesso à informação, considero que o estágio cumpriu o seu objetivo formativo e deixou pistas de trabalho que podem ser aprofundadas pela equipa técnica.

Referências Bibliográficas

- Amado, João (2013). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*.
- Amado, João (2014). *Manual de Investigação Qualitativa em Educação*.
Coimbra: Universidade de Coimbra.
- Coimbra: Universidade de Coimbra. DOI: 10.14195/978-989-26-0879-2
- Krug, Etienne G., Dahlberg, Linda L., Mercy, James A., Zwi, Anthony B., & Lozano, Rafael. (2002) *World report on violence and health*. Geneva: World Health Organization.
- UNICEF. (2006). Behind closed doors: The impact of domestic violence on children. New York: UNICEF.
- Connell, Raewyn. (2012). *Gender: In world perspective* (3rd ed.). Cambridge: Polity.
- Município de Castelo de Paiva. (2024). *Carta social do concelho de Castelo de Paiva*. Castelo de Paiva: Rede Social.
- APAV- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima. (2023). *Relatório anual de estatística*. Lisboa: APAV.
- Associação Portuguesa de Apoio à Vítima (2024). Estatísticas APAV Relatório Semestral 2024.
- Bodgan, Robert C., & Biklen, Sari K. (1994), *Investigação qualitativa em educação: uma introdução à teoria e aos métodos*. Porto: Porto Editora.
- Bourdieu, Pierre (2001) *A dominação masculina*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil
- Bueno, André & Lopes, Marta (2018). *Mulheres Rurais e Violências: Leituras de uma Realidade que Flerta com a Ficção*. Ambiente e Sociedade. São Paulo, v.21, pp.1-20.
- Butler, Judith (2003). *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- CIG- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género. (2024). *Relatório anual sobre a violência contra as mulheres e a violência doméstica*. CIG.
- Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (2022). *Relatório Anual de Monitorização. Violência contra as mulheres e violência doméstica*. Lisboa. CIG.

Coutinho, Maria Paula & Sani, Ana (2008). *Trabalho sobre impactos da violência doméstica na infância*.

Dobash, R. Emerson & Dobash, Russell P. (1979). *Violence against wives: A case against the patriarchy*. New York: Free Press.

Freire, Paulo (1970). *Pedagogia do oprimido*. Paz e Terra.

Freire, Paulo (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*. 45.ed. São Paulo: Paz e Terra.

Giddens, Anthony (2004). *Sociologia*. Fundação Calouste Gulbenkian, Lisboa (4ª edição).

Gonçalves, Maria & Matos, Ana. (2023). *Violência nas relações familiares ao longo do ciclo da vida*. Revista Portuguesa das Ciências Sociais, 22(1), 45-63.

Johnson, Michael P. (2008). *A typology of domestic violence: Intimate terrorism, violent resistance, and situational couple violence*. Boston: Northeastern University Press.

Kaukien, Catherine (2004). Status compatibility, physical violence, and emotional abuse in intimate relationships. *Journal of Marriage and Family* 66(2), 452-471

Magalhães, Maria José (2005). *A violência nas relações de intimidade: um contributo para a definição de alguns conceitos*. Centro de Investigação e Intervenção Educativas, pp 1-17.

Manita, Celina (2004). *Intervir junto dos agressores para favorecer a mudança*.

Manita, Celina; Ribeiro, Catarina; & Peixoto, Carlos (2009). *Violência doméstica: compreender para intervir. Guia de Boas Práticas para Profissionais de Instituições de Apoio a Vítimas*. Lisboa: Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género.

Mascoli, Luísa; Ferreira, Alexandra (2014). *Gestão do Risco em Violência Doméstica, Segurança e Ciências Forenses*.

Moffitt, Terrie E. (1993). Adolescence-limited and life-course-persistent antisocial behavior: A developmental taxonomy. *Psychological Review*, 100(4), 674-701.

ONU Mulheres. (2023). *Responding to gender-based violence across the life course*. ONU Mulheres.

Organização Mundial da Saúde. (2022). *Violence against women: prevalence estimates*. Organização Mundial da Saúde.

Patias, Dapieve Naiana; Bossi, Jacques Tatiele & Dalbosco Débora DellÁglio (2014). *Repercussões da Exposição à Violência Conjugal nas Características Emocionais dos Filhos: Revisão Sistemática da Literatura*. Temas em Psicologia, 22, 901-915.

Pessôa, Anabela Guedes & Wanderley, Paula Isabel Bezerra Rocha (2020). A reeducação do homem agressor: grupo reflexivo de violência doméstica. Revista de Constitucionalização do Direito Brasileiro- Reconto, 3(1), e034.

Quivy, Raymond & Campenhoudt, Luc Van (1998). *Manual de investigação em ciências sociais*. Lisboa: Gradiva.

Rijo, Daniel & Capinha, Marta (2012). *A reabilitação dos agressores conjugais: dos modelos tradicionais de reabilitação ao Programa Português para Agressores de Violência Doméstica (PAVD)*. Ousar. Integrar- Revista de Reinserção Social e Prova, 11, 83-97.

Sani, Ana Isabel & Coutinho Maria José (2008) *Evidência empírica na abordagem sobre as consequências da exposição à violência interparental*. Edições Universidade Fernando Pessoa.

Sani, Ana Isabel (2002). *As crianças e a violência*. Quarteto.

Sottomayor, Maria Clara (2015). *A convenção de Istambul e o novo paradigma da violência de género*. Revista para a Associação Portuguesa de Estudos Sobre as Mulheres.

Vaz, Henrique (2009). A mediação em contexto de formação como reinvenção de novos ofícios. *Educação Sociedade e culturas*, 58.

Legislação portuguesa:

Lei n.º 59/2007 (art. 152.º)

Lei n.º 112/2009 (art.8.º)

Documentos Internacionais:

Conselho da Europa (2011, 11 de maio). Convenção do Conselho da Europa para a Prevenção e o Combate à Violência contra as Mulheres e a Violência Doméstica (Convenção de Istambul)

Nações Unidas. (1979). Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres (CEDAW)

Nações Unidas. (1993). Declaração sobre a Eliminação da Violência contra as Mulheres

Nações Unidas. (1995) Plataforma de Ação de Pequim (IV Conferencia sobre as Mulheres, Pequim)

ANEXOS

Atividades no Município

Ana Pereira

30/09 [NT1]

Educação

Tabela com dados de migrantes

- por delegação

Ação Social

Loja Social- contagem de produtos

- por colaboração

Educação

Tabela sobre escalões de abono

- por delegação

03/10 [NT2]

Ação Social

Tabela orçamento 2025

Tabela padrão de distribuição para beneficiários da loja social

- por delegação

04/10 [NT3]

Educação

Poster para Dia Mundial da Alimentação

- por delegação

Reunião do Núcleo de Garantia para a Infância

- por acompanhamento

Ação Social

Protótipo de projeto para Cartão Social de Alimentação

- trabalho autónomo

07/10[NT4]

Educação

Elaboração de um panfleto de Natal com receitas saudáveis

- trabalho autónomo

Ação Social

Visita à casa de emergência social do Município

- por acompanhamento

10/10 [NT5]

Ação Social

Estafeta de Contos- atividade realizada numa IPSS

- por acompanhamento

Flyer para entrega com Cartão Alimentar

- trabalho autónomo

11/10[NT6]

Ação Social

Palestra com Nutricionista sobre alimentação para pessoas diabéticas

- por acompanhamento

Educação

Ida a escolas com Nutricionista para abordar a temática de "lancheiras saudáveis"

- por acompanhamento

16/10 [NT8]

Ação Social

Ida à Loja Social para contagem de alimentos e posterior realização de tabela

- por delegação e acompanhamento

18/10[NT9]







